

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 207 • Abril de 1986 • Cr\$ 6,00



1º de Maio
CEM ANOS DE LUTA

Desde há algum tempo, ouço falar da revista "Tempo e Presença" e do boletim "Aconteceu". Hoje, chegou o momento de poder assinar esses dois instrumentos de documentação e informação. Não sei se vocês só aceitam assinaturas no começo de cada ano. Se for assim, gostaria de receber os números anteriores, se não, a assinatura, então, será de março à março.

Desde já, agradeço pela atenção e desejo muito sucesso, muita colaboração e muito acolhimento para as suas revistas, e publicações.

**Ir. Marguerita Rita Laschelle
Irmãs da Assunção
São Luís (MA).**

Venho comprando e lendo a revista "Tempo e Presença". Está prá lá de ótima. Gostaria de perguntar, sabendo que não vão deixar de responder:

1. Por que o Governo, com permissão do "Sistema", não congela o custo de vida, ao menos, por um ano?
 2. Por que o dólar sobe tanto?
 3. Por que o governo não dá um reajuste geral, antes do congelamento?
- Vitória!

**Zé da Olaria
Itaim Paulista
São Paulo (SP)**

Zé da Olaria é um militar reformado em 1964. Recebemos a sua carta antes do pacote econômico do Governo Sarney, que atende em parte as suas reivindicações. Infelizmente, não houve um amplo reajuste salarial, como pede o nosso leitor.

Quero agradecer o importante trabalho e contribuição que essa entidade desenvolve ao apoiar os diversos movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais digna, justa e igualitária. Reafirmando meu compromisso de passar adiante (seja em sala de aula ou nos movimentos em que participo) as informações e reflexões que tenho recebido.

Fraternamente.

**José Lopes Souza Pereira
Campinas (SP)**

Venho por meio desta agradecer o imenso benefício que o CEDI tem feito à Igreja, através da revista "Tempo e Presença".

**Claudenir C. Barbosa
Curitiba (PR)**

"Tempo e Presença" sempre traz informações e reflexões que muito nos ajudam a buscar, viver coerentemente a missão de pastores em nosso tempo. "Aconteceu" facilita a manutenção do contato (presença) com os sinais dos tempos.

**Pe. Pedro dos Prazeres Leite
Registro (SP)**

Foi com muito entusiasmo que fiz uma leitura deste pequeno documento "A Caminhada dos Vinte Anos Pós-Concílio Vaticano 2º" que, por sinal, apresenta um bom conteúdo. Gostaria de receber informações sobre o CEDI, ou seja, se esse centro publica artigos, revistas que se possa ter acesso por reembolso postal e em que condições. Ao mesmo tempo, gostaria também de receber os endereços dos centros que assinaram o documento acima. Sei que estou invadindo outros territórios, mas para estar um pouco por dentro da realidade do nosso povo e de seus problemas e angústias, senti-me no direito de fazer tal pedido.

**Ivair G. Zancheta
Marília (SP)**

tempo e presença

**Revista mensal
do CEDI
abril de 1986**

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

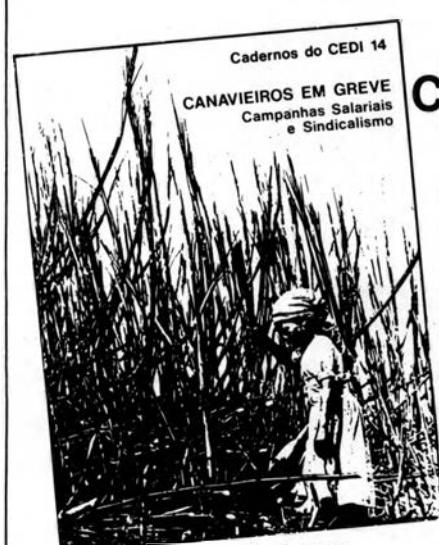
Sagariana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146
sala 4
05448 - São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorùès

Foto de capa:
Manifestação por melhores salários no 1º de Maio de 1945 em São Paulo

Preço do exemplar avulso: Cr\$ 6,00

Cadernos do CEDI 14 **CANAVIEIROS EM GREVE** **Campanha Salarial e Sindicalismo**



106 páginas
Cr\$ 40,00

Faça seu pedido através de cheque para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP

ÍNDICE

- Cem anos de luta
4 OS DESAFIOS DO 1º DE MAIO
Waldemar Rossi
6 ANTECEDENTES DO 1º DE MAIO
Claudio Nascimento
7 A AUTOMAÇÃO E OS TRABALHADORES
Rosa Maria Marques
10 A IGREJA E A QUESTÃO OPERÁRIA
Pe. Miguel Pípolo
Pacote econômico
12 O PLANO DE ESTABILIDADE E O TRABALHADOR
Marcos Arruda
16 PLANO CRUZADO:
A OUSADIA CONSERVADORA
Aloizio Mercadante Oliva
20 MENSAGEM PASTORAL DOS BISPOS METODISTAS
Igrejas
22 LEONARDO BOFF:
A PALAVRA DEVOLVIDA
Dermi Azevedo
22 A PROPÓSITO DO SÍNODO DOS LEIGOS
Pedro A. Ribeiro de Oliveira
24 AGEN JÁ É UMA REALIDADE
Terra
26 O ENCONTRO "REFORMA AGRÁRIA EM CAXIAS"
Rafael Soares de Oliveira
26 1986, ANO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA
D. Pedro Casaldáliga
América Latina
27 DISCURSO PELA PAZ E PELA VIDA
Pe. Miguel D'Escoto
29 DIAS DE CAMINHADA E ORAÇÃO
Flávio Irala
Rubem Alves
30 SOBRE A ESPIRITUALIDADE
Constituinte
32 REFORMA AGRÁRIA E LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO
Leonilde Servolo de Medeiros
32 OS TRABALHADORES URBANOS
José Ricardo Ramalho
Bíblia Hoje
33 TRABALHO, RESISTÊNCIA, LIBERTAÇÃO
Carlos Cunha
Livros
35 BRASIL VIVO
Maria Cecília Iorio
35 OS ESCOLHIDOS DE DEUS
Jorge Luís Domingues
Poema
36 PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO QUE LÊ
Bertold Brecht

Cem anos do Primeiro de Maio

Cem anos depois daquele Primeiro de Maio dos mártires de Chicago, a realidade dos trabalhadores continua profundamente marcada pela injustiça e pela exploração, apesar de todos os avanços registrados no mundo do trabalho graças às lutas dos próprios operários e camponeses, funcionários e outros empregados na prestação de serviços. Neste centenário, é importante lembrarmos algumas idéias centrais sobre o trabalho e o trabalhador, reforçando uma luta que continuará sem tréguas, enquanto o capital for colocado como valor principal, acima do homem e da mulher que trabalham, buscando assegurar a sobrevivência e construir tudo aquilo que é utilizado nas culturas e civilizações humanas.

A Bíblia apresenta-nos, como mandato e vocação fundamentais da pessoa e da comunidade humana, a tarefa de "submeter a terra e dominá-la" (Êxodo, 1, 28). Isto é realizado através do trabalho que apresenta, porém, um aspecto frontalmente contrário ao plano de Deus, sendo utilizado para transformar o homem e a mulher não em senhores da terra, "imagem e semelhança do Criador", mas em escravos, de geração em geração, oprimidos sob formas as mais diversas e tendo que lutar, sem descanso, às custas do sangue e da vida, para diminuir as opressões e para estabelecer um nova sociedade.

A constatação dessa realidade — com a transformação do trabalho humano não em fonte de vida plena, mas em instrumento de dominação — leva o Senhor a afirmar a Moisés, ao lhe confiar a missão libertadora do seu povo: "Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores, pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel" (Êxodo 3, 7).

Esta mensagem mantém, portanto, toda a sua atualidade, quando vemos,

ao nosso redor, trabalhadores que não conseguem ganhar o suficiente para a cesta básica de alimentação para eles e seus familiares; camponeses que trabalham na terra sem possuí-la ou que dela são expulsos dia após dia; crianças precocemente introduzidas na população econômicamente ativa; mulheres submetidas a condições desumanas de trabalho e sobrecarregadas, além do mais, pelas ocupações domésticas; idosos mal remunerados em sua aposentadoria e marginalizados social e economicamente. E quando vemos como se locupletam os senhores do capital, auto-intitulados membros das "classes produtoras" ou ferrenhos defensores da civilização ocidental cristã". São eles que, na palavra do profeta camponês Amós, "esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres, se estendem sobre vestes penhoradas, ao lado de qualquer altar e bebem vinho daqueles que estão sujeitos a multas, na casa de seu deus" (Amós, 2, 7-9).

Se é verdade que o trabalho é um dever para alcançar o necessário à vida ("Se alguém não quer trabalhar, que também não coma", conforme Paulo aos tessalonicenses 3,10), é igualmente verdadeiro que o trabalho em condições dignas e humanas é um dos direitos fundamentais do cidadão, porque "digno é o trabalhador do seu salário" (Lc 10,7) e porque "é dom de Deus que possa o homem comer, beber e desfrutar o bem de todo o seu trabalho" (Ec 3,13).

Nesta comemoração, lembrmos, portanto, os mártires de todas as lutas dos trabalhadores e reafirmemos nosso compromisso em favor de justiça e trabalho para todos. Como os pioneiros de Chicago, continuemos a luta pela redução da jornada de trabalho, por salários justos, pela socialização dos meios de produção para que, cada vez mais, o homem trabalhe para viver. E não para morrer.

Os desafios do 1º de Maio

Waldemar Rossi

A classe operária tem razões de sobra para comemorar o 1º de Maio: estamos no ano do seu Centenário. Ou seja, comemoramos o acontecimento de maior relevância na vida do operariado internacional: a luta pela jornada de oito horas e exigências de condições específicas para o trabalho da mulher e do menor. O 1º de Maio de 1886 teve o mérito de reunir mais de 1

milhão de operários, somente em Chicago, de forma organizada e bem planejada, marchando rumo ao centro da cidade, vindos de todos os cantos daquela capital industrial. Foi o "arrepião" contra a selvageria da exploração capitalista.

Custou caro a ousadia de comprar um confronto em tanta profundidade. Para o patronato, mais que exigir certas mudanças, significava o desafio ao poder absoluto. Assim, ousadia se ven-

ce com a força e com a força. A pandaria da polícia, o metralhamento, as prisões, o suicídio e o enforcamento dos companheiros foi um preço realmente caro. Mas aquela classe operária já estava disposta e determinada a não recuar. Sua determinação garantiu as conquistas e, mais importante ainda, restaurou, política e legalmente, a dignidade dos assassinados, oficializando a culpabilidade a quem de direito: o patronato.

Aqueles acontecimentos inauguraram uma nova era na vida da classe, nas relações capital e trabalho. Tornamo-nos adultos diante de nossos olhos e dos exploradores. A coisa se espalhou pelo mundo inteiro e se tornou irreversível a caminhada para novas conquistas. Os trabalhadores brasileiros foram, também, bafejados pela onda reivindicatória e organizativa, nascendo, assim, e florescendo o sindicalismo na terra de Santa Cruz. Aquelas conquistas se deram, no Brasil, no início da década de 30, após 40 anos de lutas e isso graças a influência determinante do anarco-sindicalismo que chegou ao país, via imigrantes italianos e espanhóis.

Se Getúlio conseguiu redirecionar o desenvolvimento do nosso sindicalismo, esvaziando-o do seu sentido de luta contra a exploração, ele não conseguiu impedir, em certa dimensão, a retomada da confrontação no fim dos anos 50 e começo de 60. As comemorações do 1º de Maio eram bem concorridas nessa época.

Com o golpe militar de 64 e a repressão violenta imposta à classe, aliadas ao novo surto de desenvolvimento industrial, criou um forte lapso entre a experiência política anterior do operariado de antes de 64 e a nova classe operária do pós 70. Não podemos esquecer que, para atender seu projeto desenvolvimentista, o governo militar (ou seria desgoverno?) forçou a enorme migração camponesa rumo aos grandes centros industriais.

Foram milhões de camponeses que deixaram sua terras, seja pela força da enorme e bem montada propaganda desenvolvida através dos meios de comunicação, seja pela força da grilagem ou das armas. Todo esse conti-



EDU SIMÕES

1º de maio: o acontecimento mais relevante do operariado internacional.

gente imensurável de massa humana migrou para uma nova realidade de vida e de prática social. De pequenas e até individuais coletividades de trabalho agrícola, passaram ao trabalho em série e socializado dos meios de produção industrial. De pequenos agrupamentos residenciais, para grandes "selvas de pedra e cimento", envolvidos por complexos meios de transportes coletivos que percorrem dezenas de quilômetros diários de ida e volta. Da sobra do tempo para um bom bate-papo à noite passando para as horas extras no fim do dia ou aos fins de semana, sem tempo nem mesmo para a convivência familiar. Embevecidos com a envergadura da metrópole e seus atrativos, influenciados com a propaganda da assistência médica gratuita e do sindicalismo assistencialista e pelego, como compreender a questão da história das lutas vividas pela classe com a qual ainda não se identifica? O que significa todo esse processo de luta coletiva e classista que lhes está sendo proposto por uma parcela minoritária dos seus novos companheiros de trabalho? Por que entrar numa aventura que lhe pode custar a perda do emprego e do salário em troca do nada?

Para a imensa maioria da atual e recente classe operária brasileira, sua dimensão de classe é, ainda, incompreensível. A história do 1º de Maio é, também, muito distante e inacessível à sua experiência de vida de trabalho e de luta. Não faz sentido ainda. Assim, como e porque participar? Com que objetivos de vida e imediatos?

É verdade que, nos últimos anos, as contradições se aguçaram e levaram milhões de brasileiros a melhor entender a necessidade de lutar para não morrer de fome e na miséria. É verdade que já se comprehende mais as contradições de interesses entre trabalhadores e patrões. Mas, daí saltar para um profundo conhecimento dos interesses contraditórios de classe, segundo a análise marxista, há uma distância enorme a percorrer.

Creamos que o centenário do 1º de Maio é uma chance incomum para intensificar a propaganda e a informação sobre os elementos da história da classe operária, bem como um intenso trabalho de formação sobre o mais profundo sentido da política sindical classista. É a oportunidade de extração desse entendimento para a perspectiva da construção de uma nova sociedade sem exploradores e sem explorados; de uma sociedade onde a produção seja decidida, organizada e

praticada pelo conjunto do povo e em função das reais necessidades e interesses de todos, no campo ou nas indústrias; uma sociedade onde os que produzem sejam, também, co-proprietários e participantes, de forma eqüitativa, dos bens produzidos, segundo suas reais necessidades.

Mas, como abstrair se somos concretos demais? Como imaginar uma fazenda sem fazendeiro e coronel? Como entender uma usina sem usineiro? Como entender uma indústria sem patrão? Ou um supermercado sem dono? Quem vai dirigir tudo isso? Quem vai me dar trabalho? Quem paga meu salário?

Estão aí, bem presentes, os desafios que a "vanguarda" ou "liderança" polí-

tica dos trabalhadores têm pela frente, agora, neste ano e para este 1º de Maio. Que eles sejam bem aproveitados e que consigamos fazer que o trabalhador brasileiro dê um salto qualitativo bem significativo e comece a entender melhor, assumindo a continuidade das primeiras lutas do 1º de Maio de 1886.

Ao contrário do que disse Vinícius de Moraes, a classe operária ainda não é capaz de dizer "não! ao seu patrão". Porém, com determinação, ousadia e perseverança, chegaremos lá!

Waldemar Rossi é membro da coordenação da Pastoral Operária Nacional e da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.



Comemoração do 1º de maio de 1983, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro.

Antecedentes do 1º de Maio

Claudio Nascimento

Há muitos fatores que determinam o modo de vida dos trabalhadores: salário, segurança, legislação, moradia, etc. Contudo, existe um fator decisivo: a duração da jornada de trabalho. É claro que, um operário trabalhando 12, 14 ou 16 horas diárias, não tem tempo, nem energia intelectual e física para se organizar política e sindicalmente, nem para se instruir ou para a militância política. Enfim, participar ativamente da vida social.

Deste modo, a duração do trabalho tornou-se um ponto central na relação entre patrões e operários. Foi em torno da luta pela redução da jornada de trabalho que o movimento operário iniciou sua organização de classe (sindicato) e, através das ações operárias (greves) conquistou a seus direitos em forma de leis, nos mais diversos momentos da história moderna e contemporânea.

Quando os trabalhadores compreenderam que podiam se defender coletivamente, passaram à ação com o objetivo de diminuir a jornada de trabalho e aumentar os salários. Foi um avanço qualitativo em relação ao movimento de quebra de máquina e de sabotagem. É uma luta por condições de vida mais humanas.

Foi na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, que surgiram as primeiras organizações dos assalariados. Em 1720, os trabalhadores alfaiates de Londres formaram uma associação para "aumentar os salários e, abandonar o trabalho uma hora antes". Após 30 anos de lutas, os operários ingleses conquistaram, em 1847, a jornada de 10 horas diárias.

Na França, a redução do tempo de trabalho começou com a Revolução de 1848. O mesmo ocorreu na Bélgica e nos países Baixos. Após 1850, a luta pela redução do tempo de trabalho tornou-se cada vez mais viva. Na Alemanha, as greves pela redução da jornada apresentaram a seguinte proporção em relação ao total de greves: 1850 a 1857 — 7,6%; 1858 a 1866 — 13%; 1867 a 1870 — 17,6%.

Em Boston, EUA, o Congresso do Sindicato dos mecânicos e fundidores,

realizado em 1863, declara que a "jornada de trabalho de 8 horas é o objetivo principal da luta operária". A redução da jornada de trabalho esteve presente em todas as ordens-do-dia dos Congressos operários. Em 1888, os sindicatos ingleses convocaram uma Conferência Internacional, representando 856 mil trabalhadores ingleses e 250 mil estrangeiros. Uma das questões debatidas foi se "a redução da jornada de trabalho levaria a uma queda de produção".

No ano seguinte, foi fundada a II Internacional Operária (1889). Nessa época, foram constituídos os Secretariados Profissionais Internacionais (SPI), aprofundando o internacionalismo, segundo o lema da Associação Internacional dos Trabalhadores, "operários de todo o mundo, uni-vos"! Já

em 1874, o Congresso de Bruxelas dizia que, com "o capital agindo internacionalmente, os operários devem igualmente se solidarizar internacionalmente".

O 1º DE MAIO

A história do 1º de Maio está intimamente ligada à história da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração do sistema capitalista, no início do século passado. O 1º de Maio nasce relacionado à luta operária pela redução da jornada de trabalho.

Os trabalhadores americanos, após duras lutas, conquistaram as 10 horas. Depois passaram à luta pelas 8 horas. Era 1866. No Congresso da Federação dos Trabalhadores dos EUA e do Canadá, em Baltimore, ficou decidido que "a primeira e maior necessidade presente é a conquista da jornada de 8 horas". Em 1869, foram organizadas a Liga da Oito Horas (Boston), a Associação das Oito Horas (Chicago), os Cavaleiros do Trabalho (Filadélfia). As lutas e reivindicações eram violentamente reprimidas. Em 1880, na Conferência da Federação dos Trabalhadores foi decretada a greve geral para o dia 1º de maio de 1866, pela conquista das 8 horas. A repressão foi violenta. Houve choques mortais com a polícia. Os dirigentes grevistas foram presos e cinco condenados à morte. O mundo inteiro repudiou as prisões e as penas de morte.

A chacina de Chicago desencadeou a solidariedade de todos os trabalhadores da Europa e de outros e de outros continentes. Na conferência da A.I.T., em Paris, foi decidido que "o limite do dia de trabalho é a condição preliminar, sem o qual todos os esforços para a emancipação podem fracassar. Propomos as 8 horas como limite do dia de trabalho". Em 1889, o Congresso Socialista, em Paris, decidiu que o 1º de maio seria o dia da manifestação internacional dos trabalhadores, em memória do que havia se passado em Chicago.



Claudio Nascimento é assessor sindical do Centro de Ação Comunitária — CEDAC.

A automação e os trabalhadores

Rosa Maria Marques

A discussão no meio sindical brasileiro a respeito dos efeitos no processo de trabalho a partir da utilização de máquinas com base técnica na microeletrônica tem sido pequena e limitada. Isso deve-se a dois motivos básicos: de um lado, o movimento sindical teve que fazer frente à política de arrocho salarial, que caracterizou as duas últimas décadas; de outro, ainda é incipiente e localizada a adoção de novas tecnologias no país. Dada essa realidade, não é de estranhar que as pautas de reivindicações dos trabalhadores e o eixo de suas lutas tenham privilegiado, fundamentalmente, a questão salarial.

Contudo, as recentes medidas governamentais colocam a necessidade urgente dos trabalhadores discutirem e aprofundarem as questões relativas às novas tecnologias. No momento em que foram congelados os preços, as empresas perderam a possibilidade de obter lucros adicionais através do processo inflacionário. A consequência disso será, necessariamente, o acirramento da concorrência entre as empresas na busca de maior produtividade e de produção a baixo custo. Um e outro podem ser alcançados através da modernização da produção.

Nesse artigo, procura-se abordar as principais características das novas tecnologias, seus efeitos no processo de trabalho e a maneira com que o movimento sindical internacional tem respondido à introdução dos novos equipamentos.

CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DA AUTOMAÇÃO MICROELETRÔNICA

Dois aspectos têm sido enfatizados em relação às novas tecnologias: o aumento significativo da produtividade que permite e a universalidade de sua aplicação.

De fato, os ganhos de produtividade, apesar de apresentarem um leque de variação dependendo do setor em que estão sendo adotadas os novos equipamentos, atingem níveis nunca antes verificados. Essa produtividade é obtida tanto pelo aumento da velocidade

das operações como pela diminuição do tempo dedicado à troca de ferramentas e alimentação e descarga das máquinas. Assim, a microeletrônica não se traduz somente em nova técnica de operação. Permite a integração automatizada entre a operação e a circulação de materiais, o escritório e a fábrica.

A maior integração entre a produção propriamente dita e a circulação de materiais tem como resultado a redução do tempo em que o trabalhador fica à espera do material, possibilitando uma maior produção a uma mesma jornada. O significado disso é o aumento da jornada real do trabalho, já que tendem a desaparecer as pausas de trabalho antes existentes em função da espera de material. A utilização do computador permite, por exemplo, que, em

uma linha de montagem de automóveis, as peças e subconjuntos cheguem na seqüência correta e no tempo certo.

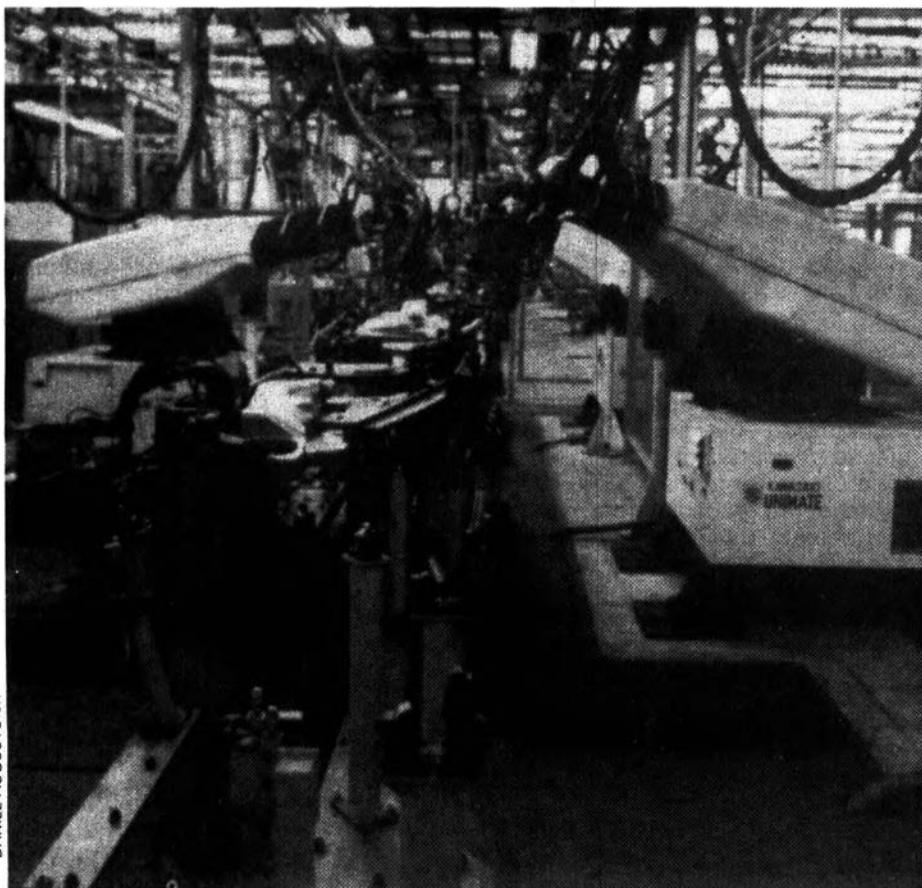
Por outro lado, a automação em pontos chaves da produção ocasiona aumento da intensidade do trabalho. Na linha de montagem, os postos de trabalho que apresentavam um desempenho menor do que os demais, e por isso impunham o ritmo à linha, são automatizados, aumentando a intensidade do trabalho da linha toda.

Evidentemente, a produtividade alcançada com a microeletrônica, assim como o aumento da intensidade e do ritmo de trabalho por ela possibilitada, acarreta menor incorporação da força de trabalho. Em 1981, por exemplo, o Japão já utilizava um trabalhador por linha de prensa, enquanto que nos EUA eram necessários de sete a treze trabalhadores (Pesquisa de Horbour & Associados, Detroit, 1982). Assim, com a modernização do parque fabril, está sendo colocada a questão da redução do nível de emprego.

Não se trata, entretanto, de geração de desemprego a partir da modernização de um setor produtivo. A universalidade de aplicação das novas tecnologias é quase total, não existindo praticamente nenhum setor em que não possam ser utilizadas (sua adoção contudo depende de considerações econômicas e não meramente técnicas). Esse fato introduz uma novidade em relação às modernizações anteriormente ocorridas. Pela primeira vez está se assistindo a incorporação de uma nova técnica cujos efeitos não ficam circunscritos a um ou poucos setores da economia. E um dos setores que mais tem se beneficiado é o de serviços. Ele, que nas últimas décadas caracterizou-se em ser o grande empregador, não sofrera nenhum grande processo de racionalização. Com a microeletrônica, entretanto torna-se possível ao setor serviços atingir os níveis de organização e eficiência das modernas fábricas automatizadas.

Dessa forma, a redução de trabalho propiciada pelas novas tecnologias generaliza-se para o conjunto da economia, não mais podendo o setor serviços servir como elemento empregador





DANIEL AUGUSTO JR

A automação reduz o nível de emprego.

mais dinâmico da economia. O resultado disso tem sido o surgimento do desemprego estrutural nos principais países do mundo. As taxas de desemprego que apresentam os EUA e os países europeus, antes de serem reflexos do arrefecimento do crescimento de suas economias, refletem a intensidade da modernização de suas indústrias e do setor serviços.

Nesses países, a aceleração da difusão das novas tecnologias tem ocorrido de forma mais rápida do que no Brasil. Em parte, isso deve-se ao diferencial de salário existente. Dado o salário/hora do trabalhador americano e europeu, a introdução de robôs, por exemplo, é bastante atraente para os empresários. O mesmo já não acontece em um país como o Brasil. Em 1982, enquanto o custo/hora do robô utilizado na indústria automobilística estava estimado em 4,5 dólares, a hora do trabalhador americano estava em torno de 15 dólares. Na mesma época, a média salarial do trabalhador brasileiro estava em 2 dólares.

Aparentemente esses dados não justificariam a utilização de robôs e equipamentos sofisticados no país. Contudo, deve-se ter presente que elas

não só substituem o homem no processo de trabalho. Permitem também melhor utilização do equipamento, das matérias primas e de energia. Isso na verdade significa que, além de se constituírem em instrumento importante de aumento da produtividade, permitem substancial redução de custos. Uma peça soldada por robô, por exemplo, pode vir da estamparia com menos folga já que a operação efetuada por ele é bem mais precisa. Da mesma forma o nível de refugo, isto é, de peças e produtos produzidos fora das especificações, diminui sensivelmente.

Além dos aspectos já mencionados, cabe destacar o caráter flexível dos novos equipamentos e a estratégia atual das multinacionais. Os equipamentos são capazes de reconhecer as operações requeridas e, sem reprogramação, produzirem uma série de peças diferentes ou uma família de modelos. Essa capacidade permite que a produção ocorra em escala menor, reduzindo o risco de obsolescência e possibilitando maior adequação às flutuações do mercado. Por outro lado, a nova estratégia de produção das multinacionais define a necessidade de modernos equipamentos no processo de pro-

dução. Na indústria automobilística, por exemplo, a produção do carro mundial exige homogeneidade dos processos produtivos.

Todos esses fatores têm conduzido a que, nesses últimos anos, no Brasil, tenha havido incorporação no processo produtivo de máquinas automatizadas e de robôs, apesar do baixo salário do trabalhador. Sua utilização, entretanto, tem se situado na produção prioritariamente voltada para o mercado externo e localiza-se nos pontos chaves do processo.

Em relação aos efeitos das novas tecnologias sobre os trabalhadores, além do desemprego e do aumento da intensidade do trabalho, há modificação no plano da qualificação, higiene e segurança do trabalho e no grau de controle da empresa sobre o trabalho que está sendo realizado. Dada a flexibilidade dos novos equipamentos, o trabalhador qualificado, que ainda se fazia necessário na produção a lote pequeno, tem visto sua função ser reduzida a mero controle da máquina e intervenção no processo, caso seja necessário. Desta forma o conhecimento do seu ofício é transferido dele para o programa. São poucas as situações em que o trabalhador tem sua qualificação aumentada. Ao nível da produção, a tendência é de perda de conteúdo das funções, implicado, portanto, em desqualificação do trabalhador. Os trabalhos tornam-se monótonos e repetitivos. Isso tem sido denunciado pelo movimento sindical internacional e configura uma nova composição da força de trabalho, polarizada entre trabalhadores altamente qualificados e trabalhadores desqualificados.

Quanto à higiene e segurança no trabalho, os principais efeitos têm sido os relativos à visão, dores musculares e de cabeça no caso de trabalhadores que operam com terminais de vídeo e de fadiga e estresse para o conjunto dos trabalhadores. O problema do estresse é tão marcante que os sindicatos têm reivindicado que seja considerado como doença profissional. Esses problemas decorrem da intensidade e isolamento a que são submetidos os trabalhadores, da falta de estudos ergonômicos nos novos equipamentos, da utilização de cores inadequadas nos caracteres dos terminais de vídeo, etc.

Em relação ao controle da empresa sobre o trabalhador, ele é significativamente aumentado. A ligação da máquina ao computador permite não só levantar o tempo real de trabalho como estabelecer curvas de rendimento e

normas de produção mais rígida. Isso pode ser obtido tanto na fábrica como no escritório.

AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO SINDICAL

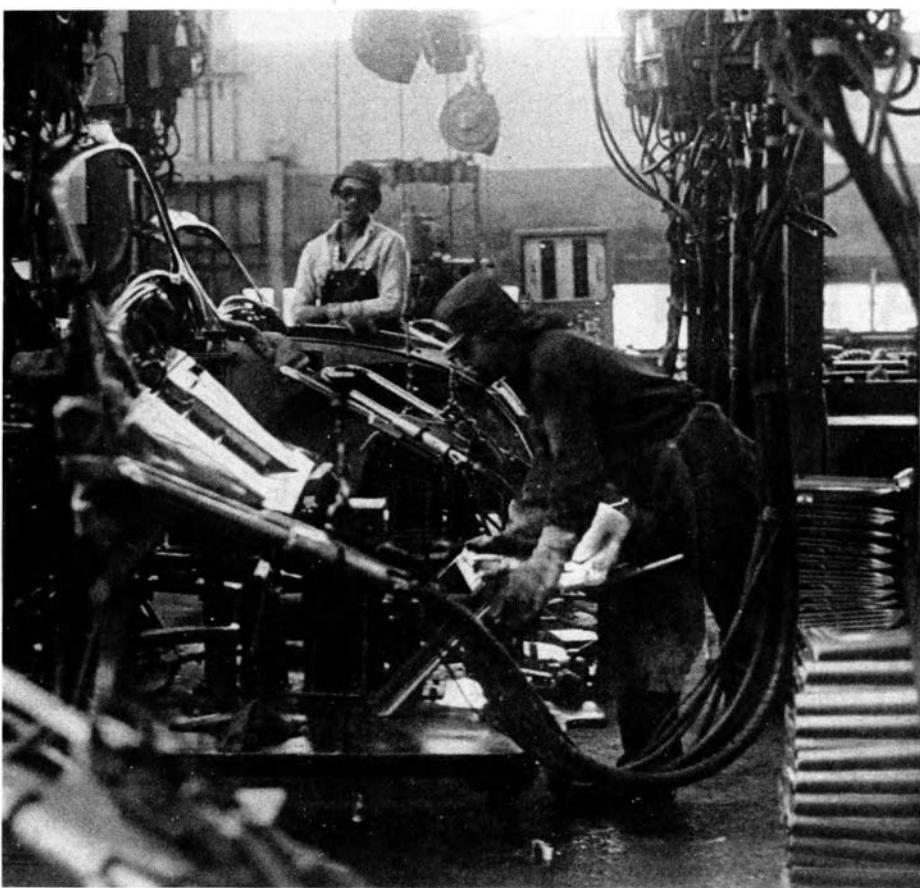
O movimento sindical internacional tem respondido aos problemas que se colocam com a introdução da microeletrônica no processo produtivo com algumas propostas básicas. Todas elas partem da compreensão de que as novas tecnologias tanto podem produzir efeitos negativos como positivos. Considera que podem abrir a possibilidade de um grande salto na qualidade de vida e de trabalho. Entretanto, a direção para onde os efeitos apontarão depende do quadro institucional em que estão inseridas. Como foi visto anteriormente, a adoção dos novos equipamentos tem como eixo central o aumento da competitividade, que passa tanto pela busca de maior produtividade como pela redução de custos e pela maior flexibilidade da produção frente ao mercado. Propor que os ganhos advindos das novas tecnologias se traduzam em melhor qualidade de vida e trabalho é, de fato, propor que haja uma distribuição dos benefícios dela derivados, que as empresas contentem-se em usufruir menos do que potencialmente poderiam com a microeletrônica.

Nesse sentido, o movimento sindical tem respondido a questão do desemprego através de propostas de alteração da relação trabalhista, com implicações institucionais no mercado de trabalho e na proteção social, e propostas de aproveitamento do trabalhador em função compatível com suas qualificações. Simultaneamente os sindicatos propõem que o Estado elabore uma política clara de criação de emprego.

As primeiras propostas referem-se à redução da jornada de trabalho e da vida ativa do trabalhador. A redução da jornada é proposta de forma semanal e anual, implicando em férias maiores. A redução de vida ativa do trabalhador traduz-se no aumento da idade mínima de escolaridade obrigatória e de redução da idade de aposentadoria.

Alguns sindicatos, entretanto, consideram que a redução da idade de aposentadoria só pode beneficiar o trabalhador se acompanhada de uma política de envolvimento dos trabalhadores idosos, de forma que não sejam alijados da sociedade.

Em relação à qualificação, propõem que o Estado adote uma política adequada de formação dos trabalhadores, especialmente do jovem, e que as em-



Interior de uma fábrica no ABC Paulista.

CLOVIS SOBRINHO

presas encarreguem-se da reciclagem dos trabalhadores deslocados. Salientam a necessidade da reciclagem ser efetuada no local de trabalho e antes da introdução dos novos equipamentos. Essa proposta tem como objetivo firmar o compromisso da empresa manter os seus trabalhadores.

Quanto à preocupação em torno da perda de conteúdo das tarefas, propõem que a elaboração das tarefas tenha participação dos trabalhadores, de forma que os postos de trabalho possam ser enriquecidos com novas funções. Na usinagem, por exemplo, quando além das funções de controle/condução da máquina o trabalhador tem acesso à elaboração e correção do programa, não há perda de conteúdo, pois seus conhecimentos são constantemente requeridos.

Em relação à segurança e higiene do trabalho, propõem controle rígido das condições de trabalho, exames médicos periódicos, introdução de maiores pausas no trabalho e participação dos trabalhadores no desenho dos equipamentos e na sua instalação. A participação do desenho às vezes é substituída pela proposta de escolha do equipamento. Manifestam-se contrários a que

as informações coletadas e processadas por computador sirvam de instrumento de controle sobre o trabalho e a vida do trabalhador. Para impedir que isso aconteça sugerem ligação do computador a um grupo de máquinas, tornando impossível estabelecer qual a contribuição individual de cada trabalhador. Sugerem também o direito de acesso às informações pessoais.

A maioria dessas propostas está vinculada a um maior controle dos trabalhadores sobre a introdução das novas tecnologias. Reivindicam a formação de comissão com representantes da empresa e dos trabalhadores com o objetivo de evitar que ocorram problemas de desemprego, desqualificação, etc. Reivindicam, inclusive, que os trabalhadores tenham poder de voto. Para que a participação na comissão seja efetiva, exigem o acesso a todas informações, e que estas lhe sejam fornecidas de forma detalhada e simples.

Rosa Maria Marques é professora do Departamento de Economia da PUC-SP e pesquisadora do Programa de Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC, do CEDI.

A igreja e a questão operária

Pe. Miguel Pípolo

A questão operária é uma questão recente na história da humanidade. É a questão contemporânea por excelência. Já "a questão trabalho" é antiga. As duas questões não são sinônimas. Aquela é carregada de matizes ideológicas; esta se presta a considerações filosóficas e teológicas.

A) A leitura do Gênesis favoreceu a interpretação pessimista do trabalho como "castigo" por causa da falta original, idéia atenuada e superada pela do trabalho como atividade redentora.

B) A cultura grega ligou a idéia do trabalho a algo fatigante e exaustivo. É tarefa para os servos, enquanto aos livres caberia o "otium" para desfrutar os privilégios da liberdade e da fortuna. A palavra latina "labor" sugere também uma tarefa sofrida, "laboriosa".

C) Na Igreja primitiva, o trabalho é visto como meio de ajudar a saúde do corpo e do espírito, e como moderador das paixões. Vigorou também a idéia como acúmulo de bens que possibilitava partilha com os mais necessitados.

D) Lutero viu o trabalho como meio de servir a Deus, o melhor dos meios, mas as suas considerações colocavam-se no contexto de crítica a um tipo de vida contemplativa. No calvinismo ortodoxo encontramos a crença de que a riqueza acumulada pelo trabalho seria uma prova do êxito e sinal de bênção divina.

E) Em tempos recentes, Pio XII reportou-se à "lei da perfeição" que vigora na humanidade e que obriga o homem ao trabalho independentemente da queda original; esta acrescentaria o

caráter penoso ao trabalho. Este é um imperativo de perfeição, mesmo no estado de inocência.

F) Há pouco tempo tivemos a elaboração de uma teologia do trabalho com Chenu e Lebret. O trabalho é considerado "em si". É uma atividade de hu-

manização da natureza e de estreita relação pessoal. Pretende-se humanizar a economia e o planejamento. Com Marx, o trabalho é analisado como "processo"; considerado independentemente de toda forma social determinada, o trabalho é uma abstração. Ele só se efetiva ao ser inscrito num modo de produção determinado. É no modo de produção capitalista que se dá "a questão operária".

A "CONDIÇÃO DO OPERÁRIO" E A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Leão XIII é o primeiro a manifestar a visão eclesiástica sobre "a condição do operário". Esta é tratado dentro da doutrina social da Igreja, fornecendo-lhe os princípios. "O objetivo primário deste ensinamento social é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus, e a tutela de seus direitos inalienáveis... Portanto, a finalidade... é sempre a promoção e libertação integral da pessoa humana em sua dimensão terrena e transcendente..." (Puebla, 475).

Ao tratar sobre a condição do operário, Leão XIII tinha diante de si estas propostas: a) suprimir toda propriedade privada dos meios de produção que originou para as classes trabalhadoras também a carência da propriedade privada dos bens de consumo; b) manter a situação e sistema vigente, admitindo a necessidade de algumas reformas para melhorar a qualidade de vida da classe operária. A encíclica **Rerum Novarum** coloca a questão do trabalho no contexto do direito natural e da propriedade privada. Para Leão XIII, há três elementos centrais: 1) o direito de propriedade privada dos meios de produção; 2) é verdadeiro direito dos trabalhadores; 3) pela remuneração justa de seu trabalho que permita adquirir os bens necessários para a vida e inclusi-



Santo Agostinho

ve investir em bens produtivos (RN 3). Defende-se o direito de propriedade privada dos meios de produção, como verdadeiro e legítimo direito do trabalhador, não pelo capital que já possui, mas pelo trabalho que põe na empresa. "As leis devem favorecer este direito e providenciar, na medida do possível, para que a maior parte da massa operária tenha algo como propriedade" (RN 33). Esta argumentação é repetida em **Quadragesimo Anno** 61 e em **Mater et Magistra** 77 e 115. A finalidade da justiça salarial é o acesso à propriedade privada dos meios de produção. A solução encontrada por Leão XIII diverge, portanto, da proposta socialista ou liberal.

DESTINO FINAL DE TODOS OS BENS PARA TODOS OS HOMENS

Esta verdade tem sua origem na Bíblia e alimentou a perspectiva dos Padres da Igreja. Vejamos linha de pensamento deles:

a) Eles denunciam a opressão (Basilio), clamam contra a exploração do trabalhador por seu salário (Crisóstomo), denunciam a desigualdade e assinalam que a propriedade privada é a fonte das desigualdades (Agostinho, Astério);

b) Não somos donos, senão administradores dos bens (Crisóstomo, Basílio);

c) Todos os bens da Criação são para todos os homens;

d) A propriedade privada, sem solidariedade nem respeito pelo destino universal de todos os bens para todos os homens, é fonte de egoismos e exploração (Didaché, Tertuliano, Basílio, Crisóstomo).

É a partir de Pio XII que se sublinha com energia a prioridade do destino comum de todos os bens sobre a propriedade (*La Solennità*, 12). **Mater et Magistra** 119, *Populorum Progressio* 23 fundamentam a função social da propriedade privada. O Concílio Vaticano II teve uma intenção doutrinal ao falar primeiro do destino universal de todos os bens (GS 69) e depois da propriedade (GS 71). O Concílio relativiza a própria propriedade privada, recordando que esta tem como missão assegurar a todos os homens o aproveitamento de todos os bens. Este é um direito mais fundamental e radical do que a propriedade privada. João Paulo II, em seu discurso aos camponeses de Oaxaca e aos bispos em Puebla, fala

da "hipoteca social" da propriedade privada.

Deve ser acentuado o caráter trabalhista da propriedade. Leão XIII argumenta: "Da mesma forma que os efeitos seguem a causa que os produz, é justo que o fruto do trabalho seja daqueles que realizaram o trabalho" (RN 8). O trabalho não só dá direito ao uso, mas também à mesma propriedade, e não somente de bens de consumo, mas até de bens de produção. A fonte de propriedade imediata está no trabalho. Exclui-se toda exploração do trabalho assalariado que impeça aos trabalhadores acesso aos meios de produção.

A LUTA DE CLASSES

No pensamento da Igreja sempre se admitiu o fato, a situação de luta, como produto do capitalismo. A luta de classes, como método, não é vista como caminho evangélico. A natureza e causas da luta de classes são analisadas. A resposta eclesiástica se dá em três tempos: 1) rejeita toda discriminação e desigualdade (RN 1, QA 82, PT 89, GS 29); 2) promove a consciência e motiva a conversão pessoal (RN 14, PP 15); 3) apóia a livre organização dos trabalhadores na defesa de seus legítimos direitos (RN 34, QA 30 e 140, MM 22 e 97, PT 40, Puebla 1163, 1244, etc.).

A questão da luta de classes continua sendo um ponto muito delicado. A Igreja não condena a luta ou o esforço dos trabalhadores pela justiça, mas o método da violência e a motivação de

ódio que esta luta pode provocar. Vale a pena citar Pio XI: "A luta de classes, efetivamente, sempre que se abstinha de inimizades e de ódio mútuo, se converte numa honesta discussão, fundada no amor à justiça, que se não é aquela ditosa paz social que todos desejamos, pode e deve ser o princípio por onde se chega à mútua cooperação profissional" (QA 114).

João Paulo II usa a expressão "luta pela justiça social" como forma de superar o problema do trabalho, chave da questão social. "A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões" (LE 20). É uma luta em 'por', não 'contra' os outros.

Diante deste rápido apanhado sobre a questão operária no pensamento eclesiástico, ficam duas interrogações: 1) pode o capitalismo realizar a exigente meta de o trabalho, pelo justo salário, ter acesso à propriedade dos meios de produção? 2) um capitalismo dependente e periférico, como do Terceiro Mundo, pode garantir justa retribuição do trabalho?

Pe. Miguel Pipolo é membro da Executiva da Comissão Pastoral Operária, da Arquidiocese de São Paulo.

**Assine o
Boletim**

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI —**

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

O plano de estabilidade e o trabalhador

Marcos Arruda

Tudo o que se ouve na grande imprensa sobre o Plano de Estabilidade do Governo Federal, incorporado nos Decretos nº 2283 e 2284, é que ele beneficia igualmente a todos os atores da economia nacional. É preciso ver isto de dois ângulos diferentes.

A meta de zerar a inflação, se alcançada, será sem dúvida um benefício para todos os atores e setores da economia. Foi um ato firme e corajoso do governo, ainda que o tivesse feito por autodefesa, já que seu imobilismo e o descontrole inflacionário estavam alimentando a campanha das diretas para presidente em 1986 e prometiam levar o governo Sarney ao colapso. Congelar os preços, é impedir que continuem crescendo, como um câncer, que acaba destruindo o organismo inteiro. Com o fim da inflação, acaba a economia da ilusão. Desfaz-se a cadeia da economia indexada, que acorrentava os preços aos salários, aos investimentos públicos, aos ganhos financeiros, aos lucros empresariais e à transferência de riqueza para o exterior. Termina a fuga desenfreada de recursos dos investimentos produtivos para a especulação financeira. Acabam os lucros abusivos dos bancos. Desanuvia-se a atmosfera econômica e todos os atores passam a enxergar-se melhor uns aos outros e a ver com mais clareza o presente e o futuro.

Neste sentido, o Plano é bom para todos. Mas não é igualmente bom para todos, pois o governo decidiu desconsiderar as desigualdades existentes quando decretou as novas regras do jogo. A verdade é que os diferentes atores começam o novo jogo em patamares enormemente desiguais. A adesão do conjunto da população à política de congelamento dos preços mostra que ninguém duvida de que o novo jogo seja incomparavelmente melhor que o anterior. O que está em questão é o ponto de partida, que mais uma vez penaliza o trabalhador. Neste artigo, vamos concentrar nossa atenção sobre

este aspecto do Plano, deixando de lado muitos outros que são também importantes para a sua compreensão.

COMO FOI APRESENTADO O PLANO

Faz sentido criticar o Governo por ter escolhido impor o Plano à Nação através de um instrumento do autoritarismo, o decreto-lei. Não consultou o Congresso nem as entidades representativas da sociedade. Contudo, a reação fulminante de adesão ao Plano pelas diferentes camadas sociais mostra que ele veio preencher uma expectativa e que foi apropriado pela população. O chamamento para que o povo seja o fiscal dos preços recebeu resposta imediata e maciça. Transformando o povo em ator investido de um poder real, criou uma bola de neve que não estava nos planos do próprio governo. Mas a adesão popular não é tão

cega como os meios de informação dão a entender.

QUE GOVERNO É ESTE?

O Plano foi feito por um governo capitalista liberal. Reforça a ideologia anti-recessiva sem conflitar com as instituições econômicas existentes nem ameaçar os interesses dominantes. Não efetua uma redistribuição real da riqueza nem põe em risco o desequilíbrio histórico entre a magnitude dos grandes e a pobreza dos pequenos. A aparente contradição de uma intervenção econômica por um Estado liberal se desfaz quando lembramos que a médio prazo seus objetivos são outros: o congelamento dos preços tem por fim liberá-los depois; a estabilização dos salários é caminho para entregá-los à livre negociação; as estatizações de bancos e empresas, lado a lado com o empobrecimento do setor públi-



Com o congelamento dos preços, as prateleiras ficaram vazias...

VIDAL CAVALCANTE

co que resultará do congelamento e do tabelamento, visam criar melhores condições para privatizar e, quem sabe, desnacionalizar. Em suma, a intervenção estatal hoje tem por fim tornar o Estado desnecessário amanhã.

Apesar do arrocho dos preços, alguns empresários já começaram a aumentar seus investimentos e a lucrar mais. Os banqueiros, que parecem estar perdendo com o Plano, na verdade estão continuando a ganhar, embora muito menos que antes. Aqueles que porventura não tenham embarcado na febre especulativa, poderão mesmo, com o Plano, aumentar seus lucros. E os assalariados? Estes já começaram perdendo, ainda que a perda esteja estabilizada. Se os preços não subirem, o que for conseguido nos dissídios será diminuição daquela perda; falta muito ainda para que passe a ser ganho real. Vejamos como isto acontece.

OS SALÁRIOS GANHAM OU PERDEM

Os ministros e os economistas do governo afirmam que os salários não perdem com o reajuste estabelecido pelo Plano, com base no valor médio da remuneração "real" dos últimos seis meses. Argumentam que os salários até obtêm um ganho real, pois o Plano concede um "abono" de 15,47% para o salário mínimo (16,17% pelo Decreto nº 2284, que arredonda o salário

mínimo para Cr\$ 804,00) e 8% para as demais faixas salariais.

Eis o calcanhar de Aquiles do Plano. Neste campo, ele parece partir de premissas falsas. Ou parece falsear a verdade. Ou, pelo menos, querer esconder que os preços (portanto, os lucros) levam a melhor sobre os salários desde o início do novo jogo. Vejamos.

1. Pelo Decreto nº 2284, o salário mínimo foi reajustado em 34%, passando de Cr\$ 600.000 para 804.000. Segundo o governo, este percentual corresponde ao fator de atualização mais um "aumento real" de 16,17%. No entanto, se comparado à taxa de inflação dos últimos quatro meses (novembro a fevereiro), o salário mínimo perdeu 68,2% na corrida com os preços, ou mais do dobro do reajuste concedido. Portanto, foi como se o governo tivesse reajustado o salário mínimo em 100% do IPCA, do mês do último reajuste até o fim de fevereiro, e depois tivesse retirado 34,2%. Para que a perda tivesse sido plenamente reposta, o novo salário deveria ser reajustado para Cr\$ 1.009.310. Isto sem contar o que foi perdido mês-a-mês em relação aos preços e que jamais será reposto.

2. O governo diz que partiu do que de fato acontecia com os salários. Se eles perdiem 100 em 6 meses, o valor médio real no período foi 50. Portanto, se além de um reajuste de 50, é concedido um "abono", o novo salário tem um va-

lor real superior ao que tinha no passado. Este raciocínio, a nosso ver, é mal-doso. Finge desconhecer que isto se dava justamente devido ao tratamento desigual dado aos salários em relação aos preços. Enquanto os preços podiam subir mensal, semanal ou até diariamente, os salários só eram reajustados cada seis meses. A perda mensal, ou mesmo diária, do valor de compra dos salários nunca foi computada para efeito de reajuste. Mas é tão real quanto a perda acumulada em seis meses. Neste sentido, o que o Plano fez foi congelar a desigualdade.

3. Isto quanto ao passado. Mas o governo argumenta que, sem inflação, o Plano não agrava a condição dos assalariados no futuro. De fato, caso o Plano antiinflacionário acabe vencendo, a situação dos assalariados não ficará pior do que antes. Mas nem mesmo o governo está certo dessa vitória e, com inflação, o Plano passa a ficar pior para os assalariados do que os próprios arrochos que o Delfim Netto tentou (Decreto nº 2045 e 2064) e realizou (Decreto nº 2065) durante o seu "reinado".

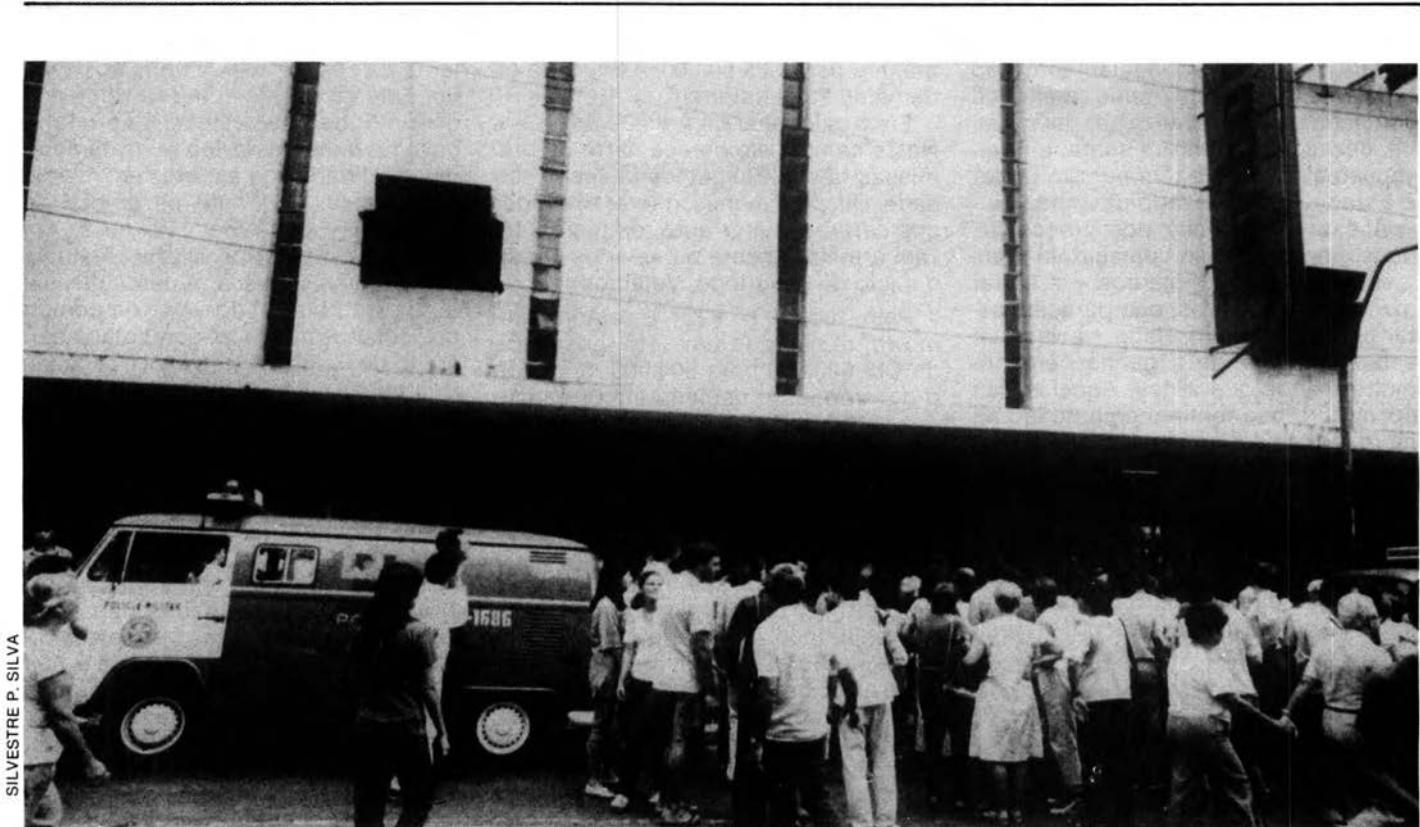
4. A taxa de atualização que o governo adotou para corrigir os salários a partir de março considera como zero a inflação de fevereiro. Apenas cinco meses foram contados para corrigir um desajuste salarial de seis meses. Um trabalhador que recebeu reajuste salarial no primeiro dia de setembro de 1985, viu seu poder de compra reduzir-se em 11,98% antes de receber o primeiro salário reajustado. Até 28 de fevereiro de 1986, essa redução havia alcançado 105,5%. Portanto, o salário foi mantido abaixo do nível dos preços durante seis meses, inclusive o primeiro mês. O assalariado esperava pelo menos um reajuste de 100% do INPC. Mas, que fez o Plano com esses salários? Por um lado, tomou o valor médio e não o valor pleno da remuneração do semestre como base para o reajuste. Por outro, com o pretexto de que o salário de fevereiro é recebido no fim do mês e só será usado em março, considerou como zero a inflação de fevereiro, que foi de 14,36%. Assim, um salário de Cr\$ 600.000 foi reajustado (sem contar o "abono") para Cr\$ 706.980, em vez de Cr\$ 955.041, ou cerca de 26% abaixo do que seria se a inflação de fevereiro fosse incluída.

5. O famoso "abono", na verdade, foi criado não para gerar um ganho real nos salários, mas para compensar a inflação das duas últimas semanas de fevereiro, que foi real mas só seria computada no índice de março. Como



MARIO LEITE

... mas as mercadorias estavam escondidas no depósito para serem remarcadas.



SILVESTRE P. SILVA

Com o apoio popular, vários supermercados foram fechados por tentarem reajustar os preços.

o governo quer um índice zero ou abaixo para a inflação de março, decidiu introduzir uma compensação, à qual chamou indevidamente "abono".

6. A grande imprensa incensou o Decreto nº 2284 por haver beneficiado ainda mais os assalariados que o Decreto anterior, autorizando a incorporação automática aos salários de 60% da inflação acumulada até a data dos dissídios trabalhistas, ficando os 40% restantes para negociação coletiva entre patrões e empregados. Acrescenta que as empresas não poderão repassar aos preços de seus produtos e serviços os reajustes salariais, automáticos ou negociados, sem prévia autorização do Conselho Interministerial de Preços, sob pena de perda do direito a empréstimos oficiais e incentivos fiscais.

Certamente o Decreto 2284 é melhor neste aspecto que o anterior. Mas é pior que o regime de reajustes que predominava até o fim de fevereiro, em que a cada seis meses o salário era reajustado em 100% do índice de preços. Lembremos que quem puxava o trem da inflação eram os preços. O reajuste era uma simples reposição do poder de compra do salário para o nível do último reajuste, ignorando tudo que foi perdido mês-a-mês. Que agora os preços voltem a ter uma vantagem sobre os salários durante um ano inteiro,

mesmo que a inflação não chegue a 20%, é prejuízo. Ainda mais, se o reajuste automático for de 60% e não de 100% do índice de preços. Deixar os 40% restantes para a livre negociação é obrigar o trabalhador a ter que negociar com o empresário sobre quanto vai perder e não quanto vai ganhar.

7. Algumas empresas transnacionais, percebendo que o arrocho salarial do Plano seria prejudicial para a qualidade e o clima de trabalho dos seus empregados, estão concedendo reajustes de 100% do IPCA nas respectivas datas-base. Se este bom senso alcançar indústrias, bancos e lojas do País, veremos o Plano obter resultados certos e duradouros.

A ESCALA MÓVEL NÃO SATISFAZ

Se o governo pretende alcançar inflação zero ou inferior já em março e no máximo 5% nos próximos 12 meses, por que fixar um nível tão alto para os reajustes totais automáticos dos salários? Os sindicatos argumentam que, em tempo de estabilidade de preços, mesmo um baixo índice de inflação é logo sentido pelo assalariado. Além disso, um nível baixo para a escala móvel vai servir de estímulo a que empresários e banqueiros colaborem na manutenção de baixos níveis de preços, para não onerar os custos. Esta se generalizando a demanda de que

o governo fixe o nível da escala móvel em 3 a 5%.

NEM O SEGURO-DESEMPREGO

A primeira deficiência refere-se à alta rotatividade da força de trabalho, resultante da liberdade quase absoluta das empresas para dispensarem seus empregados. Segundo, o mercado de trabalho brasileiro é desordenado e grande parte dos que necessitam ajuda nunca chegarão a ser contemplados. A taxa de trabalhadores empregados sem carteira assinada, por exemplo, veio aumentando nas duas últimas décadas, tendo alcançado quase 28% da força de trabalho em 1984. Isto fora os trabalhadores por conta própria, os desempregados, etc., que no pico da depressão econômica (fim de 1983) elevaram o índice de desemprego e subemprego para 52,4% da população economicamente ativa. Terceiro, os prazos do seguro-desemprego previstos no Decreto são insatisfatórios para a realidade do trabalhador.

A NEGOCIAÇÃO SERÁ MESMO LIVRE?

A negociação direta entre patrões e empregados, prevista no Plano, representa um avanço importante em relação ao passado. Contudo, o Decreto não inclui uma reforma trabalhista que elimine as restrições ao direito de greve e garanta a autonomia e indepen-

dência sindical, a entrada de representantes sindicais nas empresas e o direito de organização no local de trabalho. Todas estas são condições indispensáveis para que as negociações dos trabalhadores com os empresários sejam de fato livres. O Decreto também não obriga os empresários a incorporar nos salários ganhos reais de produtividade. Ao contrário, elimina a possibilidade da obtenção de reajustes a título de reposição salarial. Assim, fecha qualquer outra porta — exceto a negociação direta — para possíveis aumentos reais.

FORAM ATACADAS TODAS AS RAÍZES DA INFLAÇÃO?

Embora o governo não tenha parado de responsabilizar os salários como o principal vilão da inflação, congelou e tabelou os preços, golpeando a ambição desenfreada pelo lucro, característico do próprio sistema capitalista, mas particularmente dos oligopólios e dos monopólios, e interrompendo drasticamente a expectativa inflacionária (a famosa inflação inercial). Contudo, outros geradores de inflação, tais como os juros bancários e, indiretamente, a dívida interna e as transferências de capital para o exterior, principalmente sob a forma de juros da dívida externa, precisam ser atacados, através de medidas complementares ao

Decreto. A afirmação oficial de que o Plano de Estabilidade não é fechado nem está completo significa que o governo está disposto a considerar as pressões sociais por modificações e medidas complementares ao Plano.

PARA QUE SERVIRÁ, AFINAL, O PLANO?

Primeiro, para desanuviar o campo de batalha entre os interesses dos diferentes setores da sociedade. Isto beneficia a todos, ainda que não modifique em praticamente nada a estrutura iníqua da economia. Segundo, para jogar o capital de volta à atividade produtiva e, assim, operar uma reestruturação e uma modernização do capitalismo brasileiro. Isto beneficia em particular o empresariado industrial e comercial e busca subordinar novamente o setor financeiro às necessidades das forças produtivas. Terceiro, para consolidar o regime liberal e criar as condições de transferir de novo para o setor privado as atividades mais rentáveis, atribuindo ao Estado o tradicional papel complementar. Cabe ao trabalhador decidir se um capitalismo mais eficiente e aberto é melhor ou pior para os seus interesses. O importante é continuar ampliando os espaços de participação e ação para si e para suas organizações.

No cenário atual, há espaço para que o trabalhador continue a luta contra o confisco salarial incorporado no Plano e pela modificação das normas que impedem a reposição salarial e corrigem de forma parcial ou tardia as perdas do poder de compra.

Além disso, o trabalhador vai sair ganhando se exigir que o congelamento de fato funcione e o governo não fraqueje em impô-lo e em punir os infratores. A organização popular para fiscalizar o congelamento deve estender-se, em colaboração com prefeituras e governos estaduais, à luta para escolher candidatos à Constituinte que representem realmente os interesses populares. Assim a presença popular na Constituinte, sob a forma de candidatos autênticos, de propostas democráticas e de pressão para que elas sejam incorporadas à Constituição e levadas à prática, servirá para garantir os ganhos pretendidos pelo Plano e também para consolidar os espaços de ação e organização popular. Servirá também para promover a consciência de que as relações econômicas não são "naturais", imutáveis, mas politicamente geradas e administradas.

Marcos Arruda é diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas-IBASE

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 30,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)	Cz\$ 30,00
Poetas do Araguaia	Cz\$ 30,00
Batismo Eucaristia Ministério	Cz\$ 25,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)....	Cz\$ 25,00
Celebração da Vida (John Poulton).....	Cz\$ 25,00
Missão e Evangelização	Cz\$ 25,00
Protestantismo e Política	Cz\$ 15,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cz\$ 15,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cz\$ 15,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cz\$ 15,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo	Cz\$ 40,00
Dentro do Furacão (Richard Shauell).....	Cz\$ 45,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Escura) — (CDHAL).....	Cz\$ 45,00
Quem tem medo da Reforma Agrária	Cz\$ 25,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.



Plano Cruzado: a ousadia conservadora.

Aloizio Mercadante Oliva

O Pacote de estabilização econômica é, inegavelmente, o fato político mais significativo para a definição dos contornos gerais do processo de transição política conservadora iniciada com a articulação da Aliança Democrática, no Colégio Eleitoral. No Brasil do cruzeiro, o continuismo da política econômica conservadora, os recuos e desencontros do I Plano de Reforma Agrária, o caráter restritivo do Congresso Constituinte, a maior dívida externa do 3º Mundo, uma dívida pública de um quatrilhão, cento e sete trilhões de cruzeiros e uma inflação que ameaçava 400% a.a., denunciavam mais uma situação de desgoverno e imobilismo do que propriamente um novo re-

gime político. O Plano Cruzado define com maior precisão os marcos políticos e econômicos em que o País deverá se mover.

O ESTATISMO AUTORITÁRIO

O Plano Cruzado anuncia, muito mais que um novo estilo de exercício da política, os desvios autoritários no encaminhamento das medidas. Não estamos preocupados em discutir a forma do decreto-lei, utilizada mais uma vez pelo presidente Sarney, apesar de suas públicas promessas, ou o fato de que o plano tenha sido lançado um dia antes da abertura do Congresso. Não pretendemos também questionar a falta de ética, ou a manipulação política em relação ao movimento sindical, mais precisamente, em relação

ao processo de negociação proposto, pelo próprio governo, através do ministro do Trabalho, para o estabelecimento de um "acordo ou entendimento nacional" com a CUT e demais centrais sindicais. Nem mesmo estamos preocupados com os objetivos políticos imediatistas, como a recomposição da Aliança Democrática ameaçada de implosão após a reforma ministerial de Sarney, ou a preocupação em recuperar as bases eleitorais para novembro de 86, que evidentemente estão implícitas neste pacote.

Estamos empenhados em analisar características mais profundas e estruturais, que estas medidas revelam e que deverão marcar o futuro político do país. A "Nova República" representa, enquanto exercício do poder político, o estatismo autoritário e que cor-



Conselho Monetário Nacional — visando uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

responde a um considerável distanciamento de um projeto democrático. Em primeiro lugar, porque estabelece a mais completa exclusão das massas populares do centro de decisão política e o distanciamento crescente entre o aparelho de estado e os cidadãos. O que assistimos é uma concentração crescente do saber-poder no seio do próprio Estado, o segredo burocrático centralizado em círculos cada vez mais restritos. Em segundo lugar, e diretamente associado a esta primeira característica, acompanhamos a conformação dos partidos políticos que compõem a aliança democrática — PMDB e PFL —, como partidos de Estado, no dizer de Poulantzas. Partidos que assumem um papel suplementar à de corrente de transmissão das decisões burocráticas para as bases, assegurando a mais completa lealdade, unidade e homogeneidade à cúpula governante. Uma verdadeira osmose recíproca entre o Estado e os partidos dominantes de massa. O partido de Estado é a garantia ao poder do controle político da administração do aparelho de Estado, onde o empreguismo e o "inchaço" estrutural do Estado são elementos fundamentais no processo de desenvolvimento da osmose orgânica e recíproca.

Seria interessante destacar que esta tendência do processo de transição política do país, em direção ao estatismo autoritário, está, contraditoriamente, na mais perfeita sintonia com o crítico mais contundente do pacote, Leonel Brizola, e com os tradicionais partidos stalinistas — os PC's, que apoiaram o plano com o mais eloquente entusiasmo. Isto porque apesar de diferenças político-ideológicas evidentes, ambos defendem objetivos estratégicos para o socialismo, que mantém uma profunda desconfiança em relação às organizações e iniciativas autônomas das classes populares. Por caminhos diferentes, Brizola e os PC's, se dirigem à mesma direção. Brizola, porque seu projeto social democrata tradicional significa a mais profunda desconfiança em relação à democracia direta de base e às iniciativas autônomas do povo. Os PC's por que a aparente democracia direta que pretendem construir no socialismo, que anunciam defender, significa a desarticulação dos mecanismos básicos da democracia representativa: eleições diretas, pluralismo partidário, autonomia e liberdade sindical etc... Para a "Nova República" a participação popular no pacote se restringe a fiscalizar o que já está decidido — fiscais de Sar-

ney, fiscalizam preços tabelados e/ou congelados. Para estes críticos à esquerda, o Estado arquitetado por Sarney, só precisa ser reocupado por uma nova burocracia, que mantenha a mesma lógica básica na relação massa trabalhadora e Estado autoritário.

A tendência da sociedade brasileira para um estatismo autoritário significa o estabelecimento de um certo padrão de relações entre as classes sociais no Estado, que é o centro do exercício do poder político. E ao que parece, parte dos críticos à esquerda apenas reforça esta perspectiva da Nova República e está preocupada com a alternância do poder e não com a construção de uma alternativa histórica para este campo estratégico da luta política, que é o próprio Estado.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

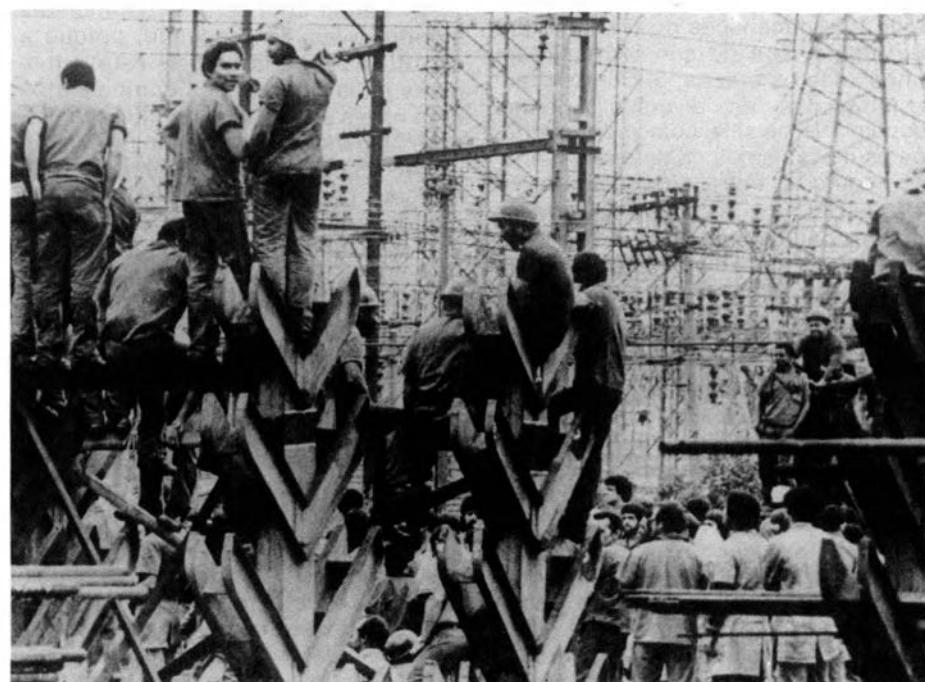
No que se refere ao impacto deste conjunto de medidas na economia brasileira é possível afirmar que os objetivos estratégicos da política econômica da "Nova República" apontam para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

O pacote econômico pretende: a) combater o processo inflacionário através do congelamento temporário dos preços associado a uma desindexação da economia; b) promover uma ampla reforma monetária; c) iniciar uma reforma financeira que desarticule parte do processo especulativo e ca-



nalize recursos para o sistema produtivo; d) criar condições mais favoráveis para a administração da dívida pública; e) recuperar o controle governamental de alguns instrumentos de política econômica.

O enfrentamento deste conjunto de questões significa remover alguns obstáculos do processo de acumulação de capital do país, estimulando o processo de modernização da economia brasileira. Porém, a modernização pretendida é absolutamente conservadora porque não altera o padrão atual de acumulação de capital, não modifica a estrutura de distribuição da renda da sociedade brasileira e não enfrenta o principal obstáculo ao crescimento econômico do país — a dívida externa.



O pacote tenta quebrar o movimento sindical anulando suas conquistas.

O Cruzado na Inflação — O aspecto mais ousado, importante e de maior penetração popular do Plano está na estratégia de combate à inflação. Pretende desarticular o processo inflacionário vigente no país, comprometendo a especulação generalizada e resgatando a cidadania do consumidor. Mas há questões mais profundas, que transcendem a euforia passageira e a eficiente e sistemática propaganda oficial do plano.

O congelamento dos preços, tarifas e serviços representa uma intervenção política profunda do Estado no mercado capitalista. Uma intervenção que desarticula algumas leis de regulação do capital, e que reorienta parte do processo de acumulação de capital e de distribuição do produto social da economia. Neste sentido, este plano politiza as relações econômicas, porque interioriza no Estado alguns conflitos que se colocavam e se resolviam no próprio mercado, como exemplo: a relação de preços entre fornecedores e supermercados, montadoras e auto-peças etc... Esta intervenção, contradictoriamente, torna mais transparente algumas relações econômicas do capitalismo e principalmente cria uma falsa ilusão que o processo de expropriação da renda, que se processava com a inflação, acabou, que todos ganharam com o fim da inflação, que o Brasil ganhou.

A verificação de quem ganhou e quem perdeu com o plano de estabilização depende basicamente da análise de três dimensões do plano: 1) Em que momento e de que forma foram congelados os preços; 2) Como foram desindexados os diversos agentes econômicos, ou seja, como serão retirados os mecanismos de defesa da inflação, como a correção monetária, o INPC, a UPC etc; 3) Como e quando será o descongelamento e quais poderão ser os novos mecanismos de defesa da inflação futura.

Da mesma forma que durante o processo de aceleração da inflação havia uma transferência de renda dos trabalhadores para o capital, das empresas para o sistema financeiro, das pequenas e médias empresas para as grandes empresas oligopólicas, a forma e o momento de implantação do Plano e seus desdobramentos promovem um novo processo de transferência de renda. O governo vem afirmando que o plano é **neutro** no que se refere à distribuição de renda, que ninguém perde, e que todos ganham com o fim da inflação. Será que este plano é realmente

neutro? Seria interessante analisarmos alguns dos principais agentes econômicos inseridos no processo inflacionário anterior e os prováveis impactos do plano sobre cada um.

a) **Os credores externos.** Alguma coisa mudou em relação aos credores? Não, a dívida continua sendo paga, os banqueiros internacionais não deram qualquer "contribuição" financeira ao plano e estão aumentando algumas exigências para 1986. O Brasil continuará entregando todo o crescimento econômico previsto para 1986, 5% do PIB, aos cofres dos bancos internacionais;

b) **A dívida pública do governo** — Há alguns anos estamos assistindo um processo de estatização da dívida externa, com o crescimento acelerado da dívida pública. O Estado não tem como assumir seus compromissos em relação ao serviço da dívida externa e esta situação passou a exigir um processo de endividamento público crescente. O pacote pretende melhorar a situação da dívida pública através de uma desvalorização do estoque da dívida com o fim da correção monetária, do corte de subsídios e do aumento da arrecadação tributária, especialmente em função das medidas tomadas com o pacote econômico de novembro de 1985.

c) **O sistema financeiro** — O sistema financeiro foi diretamente atingido pelas medidas econômicas do pacote. Em primeiro lugar, porque é o tomador principal dos títulos da dívida pública e poderá arcar com perdas patrimoniais significativas. Em segundo, porque a estrutura bancária do país estava fundamentada nos ganhos compulsórios com níveis acelerados de inflação. Porém, os bancos mantiveram um instrumento fundamental de defesa de suas margens de lucro — a taxa de juros liberalizada. A taxa de juros pode assegurar inclusive que a correção monetária sobre a inflação futura seja embutida, e desta forma, os bancos continuam "indexados" e em condições de defendem seus interesses no Brasil do cruzado.

O sistema financeiro deverá se readjustar às novas condições, podendo ocorrer um processo acelerado de concentração bancária em favor dos grandes bancos, especialmente os internacionais;

d) **As empresas produtivas** — o congelamento tende a restriquir as margens de lucro e deverá exigir um política agressiva de redução de custos, baseada no investimento em nova tecnologia, acelerando a produtividade e

o desemprego tecnológico, no aumento da rotatividade no emprego, como forma de redução de salários e do peso relativo da folha de pagamentos, na quebra das pequenas empresas marginais e na tendência à concentração e centralização do capital em favor dos grandes oligopólios. Portanto, este conjunto de medidas estimula a modernização de forma conservadora, pois deverá acelerar o processo de concentração e centralização de capital no sistema financeiro, industrial, comercial e agrário, favorecendo claramente as grandes empresas oligopólistas que possuem condições estruturais para defender suas respectivas



margens de lucro, diante das novas condições da economia brasileira.

O Cruzado nos Salários: um Confisco Salarial — Este pacote promove um confisco salarial dos mais profundos e graves da história recente do país e este é seu aspecto mais conservador:

a) Os preços, as tarifas, os serviços, as ORTN's/OTN, a taxa de câmbio todos estes valores foram reajustados pelo pico, ou seja, pelos respectivos valores incorporando a inflação do período anterior, inclusive do mês de fevereiro. Os salários não tiveram seus valores reajustados pelo valor médio dos últimos seis meses. Isto significa que os

salários foram convertidos para cruzados pela média e os preços pelo pico.

Este é o aspecto mais importante da discussão acerca do confisco salarial. É em função deste procedimento que os trabalhadores terão perdas salariais nominais da ordem de 25%. Aceitar esta forma de conversão dos salários significa reconhecer que os trabalhadores foram responsáveis pela inflação do período anterior. Isto porque a conversão salarial pela média, retira dos salários o valor correspondente à inflação dos últimos seis meses, que foi a mais elevada da história econômica do país.

b) Há ainda críticas da forma como

pela metodologia anterior ao IPCA) e de parte da elevação do custo de vida que vem ocorrendo em função da quebra de safra na produção agrícola; c) O terceiro aspecto das perdas salariais com o pacote econômico do governo está na escala móvel de salários a 20%. O que era a média salarial se transformou em pico, ou seja, a média dos últimos seis meses é o maior salário que o trabalhador deverá receber no Brasil do cruzado. Portanto, como os salários só serão corrigidos integralmente com uma inflação de 20%, haverá uma perda real de salários no futuro próximo a 9,5%.

COMENTÁRIOS FINAIS

Este pacote começa a definir os contornos de uma nova forma de dominação política no país. Criticar esta perspectiva estratégica conservadora para a sociedade brasileira passará a exigir uma proposta global de redefinição do papel do Estado, da arquitetura da democracia e do padrão de crescimento da economia brasileira.

Do ponto de vista, do papel do Estado no combate à inflação e no processo de determinação dos salários, a construção de uma alternativa democrática significaria refletir sobre políticas de controle social do processo inflacionário. Isto significa discutir procedimentos de submeter politicamente a inflação ao controle social amplo. A atuação sobre as forças sociais que impulsionam a inflação, é a única forma duradoura e estável de controle da própria inflação. Portanto, o processo de tomada de decisões sobre política econômica deve ser democratizado e envolver o conjunto de classes e grupos sociais.

Esta perspectiva poderia começar a se realizar com o estabelecimento de uma carta de compromisso do governo, não mais com o FMI, mas com o povo brasileiro através do Congresso Nacional. E ainda, com o estabelecimento de processos permanentes de negociação salarial, que reconheçam o conflito e o antagonismo inerentes à relação de trabalho assalariado. Promover a organicidade e um espaço social que legitime as classes em disputa, é a única possibilidade de definição de acordos com algum grau de consenso e estabilidade.

Este pacote parece anunciar que a "Nova República" caminha em direção contrária. De um lado, porque tenta impôr um "pacto social compulsório" com o pacote. O pacote tenta quebrar o movimento sindical — tritura as conquistas que vinham se acumulando —

e estabelecer uma política salarial e social que esqueça o passado — esquecer as perdas salariais, os níveis degradantes que chegaram o salário mínimo e a massa de desempregados do país. Negociar sobre o passado, ou definir políticas sobre a dívida social acumulada não deve ocorrer no Brasil do cruzado. De outro lado, a centralização da política econômica tende a continuar, o novo pronunciamento do presidente é absolutamente secreto. O povo propõe e o governo dispõe. Os partidos de Estado perderam a fidelidade com seus programas em função da cumplicidade com a burocracia de Estado. A negociação do governo com o movimento sindical foi eliminada da pauta do Planalto Central, e a pequena equipe de "experts" continua a ser glorificada na imprensa, como ocorreu no passado. Já vimos este filme.

Do ponto de vista da construção da democracia, é necessário romper com o dilema estratégico que a esquerda enfrenta entre social democracia e "democracia representativa", ou socialismo real e "democracia direta". Articular o processo de participação direta e pela base das massas populares com uma democracia representativa radicalmente ampliada, parece ser o grande desafio político. E nesta questão, a "Nova República" representa uma grande frustração. O Congresso Constituinte, sem fim específico, e sem que tenha sido removido todo o entulho autoritário, tende a definir um perfil profundamente conservador para a futura Constituinte. E este pacote simplesmente retira do cenário futuro, ainda que temporariamente, a participação popular nas decisões e a convivência democrática com as formas de organização autônomas da classe trabalhadora.

O Brasil do cruzado é inegavelmente melhor que o Brasil do cruzeiro. Porém, o contorno dos objetivos estratégicos que este pacote econômico revela, colocam desafios extremamente difíceis para a construção de uma nova arquitetura da democracia e para o fortalecimento da participação popular e defesa dos interesses históricos dos trabalhadores. Modificar este quadro, exigirá um movimento de rupturas reais, cujo ponto culminante, reside na alteração de forças em favor das massas populares no campo estratégico de luta, que é o próprio Estado.

Aloísio Mercadante Oliva é economista, professor na PUC-SP e coordenador do Programa de Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC, do CEDI.



estão sendo calculadas as médias salariais. O governo optou por um conceito de média salarial que beneficia os que compram e não os que vendem sua força de trabalho. Os trabalhadores perdem um mês de inflação pela forma de cálculo do salário médio (inflação de fevereiro igual a 1,000).

Quanto ao abono de 8%, alguns assessores econômicos do governo já esclareceram que não se trata de uma elevação da média salarial. O abono pretende apenas eliminar as perdas decorrentes do resíduo inflacionário de fevereiro (a inflação calculada entre os dias 15 a 28 de fevereiro e que deveria ser incorporada ao índice de março

Mensagem pastoral dos bispos metodistas

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor". (Salmo 33.12a)

Graça e Paz da parte de Nosso senhor Jesus Cristo e de Deus Nosso Pai!

A 28 de fevereiro de 1986, o Governo da República tomou medidas de natureza econômica de enorme repercussão em todos os segmentos da sociedade brasileira. A Reforma Econômica que extinguiu o cruzeiro, instituindo uma nova moeda, encontrou surpreendente e extraordinária aceitação no meio do povo que ansiava por mudanças que propiciassem a superação de sua premente situação em face da aviltante inflação imposta à Nação nos últimos anos.

A surpresa das medidas trouxe, por um lado, muita euforia para a maior parte do povo brasileiro, especialmente o item determinando o congelamento dos preços, mas, por outro lado, tem motivado dúvidas e apreensões quanto aos salários, à dívida pública, aos juros, à casa própria, ao desemprego, à educação, etc.

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista, face a esta nova conjuntura econômica, social e política, no exercício de seu ministério docente, fundamentado nas Sagradas Escrituras, fiel à gloriosa herança social metodista inaugurada por João Wesley, movido pelo Espírito Santo a discernir os Sinais dos Tempos, tornando atual o ensino do Credo Social e do Plano para a Vida e a Missão da Igreja, dirige à Igreja Metodista e ao Povo Brasileiro a seguinte mensagem:

Congratulamo-nos com o governo do Presidente José Sarney pela coragem de tomar tão sérias e oportunas medidas econômicas de grande significado social, e pela convocação de todo o povo brasileiro para participar ativamente na concretização do Plano Inflação Zero. Entre as medidas tomadas, ressaltamos a extinção da correção monetária, que nos últimos anos causou tanto mal à atividade produtiva do País.

I

Trazemos perante a Igreja, o povo, e o governo as seguintes preocupações:

1. Salários — Com o tabelamento de preços nos índices mais altos dos últimos aumentos e com os salários reajustados pela média dos últimos seis meses, cremos que houve uma perda atual do poder aquisitivo dos assalariados. Essa perda poderá ser corrigida com a estabilização da moeda, mas no momento se constitui num agravante. Ainda que se deva fazer tudo para reduzir a inflação aos níveis mais baixos (próximos a zero), a previsão de que a correção dos salários se dará somente quando for atingido o índice de 20% (vinte por cento) nos parece estar muito além da cota de sacrifício já imposta à massa trabalhadora. Entendemos que devem ser tomadas medidas que garantam o reajuste dos salários sempre quando a inflação atinja índices que afetem substancialmente o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

2. Congelamento de preços — Reconhecemos que na situação em que estávamos fazia-se necessário o congelamento de preços, pois o clamor popular exigia o fim dos preços extorsivos. Cremos, também, ser necessária a criação de condições econômicas e morais em todos os segmentos de nossa sociedade que garantam a efetiva estabilidade de preços quando for suspenso o congelamento a fim de se assegurar plenamente a justiça e a paz social.

3. Seguro-desemprego — Reconhecemos a instituição do seguro-desemprego pelo governo da Nova República, como uma importante conquista social da classe trabalhadora. Cremos, no entanto, ser necessário ampliar-se os seus benefícios e estendê-los a todos que foram atingidos pelo desemprego anteriormente ao decreto, aos trabalhadores do campo, e àqueles que não tiveram condições de ter a sua situação trabalhista regularizada devido a recessão econômica que assolou o País.

4. Especulação imobiliária — O fim da especulação financeira poderá provocar uma alta valorização imobiliária, gerando novo e perigoso tipo de especulação, impondo prejuízos principa-

mente às camadas mais pobres da sociedade. Entendemos que o governo deverá criar condições para a imediata abertura de novas linhas de crédito para a aquisição da casa própria, especialmente para os assalariados de baixa renda e a preços compatíveis com seus salários, corrigindo os elevados investimentos na construção de moradias de alto custo, que têm preterido as necessidades das camadas mais pobres.

5. Educação confessional — Diversas Igrejas no Brasil têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento da educação brasileira, através de instituições educacionais sem fins lucrativos. Entre elas a Igreja Metodista, por mais de cem anos, tem sido reconhecida nacionalmente por seu espírito democrático e papel pioneiro. Embora reconhecendo que o papel das Igrejas no setor da educação é complementar às responsabilidades educacionais do setor público, entendemos que, devido ao caráter social-democrático de grande parte das instituições educacionais confessionais, é necessário que o governo, tanto à nível federal, como à nível estadual e municipal, participe efetivamente no projeto educacional destas instituições, inclusive com recursos financeiros que lhes garantam sua estabilidade e melhores condições de ensino, trabalho e pesquisa.

6. Juros altos — Paire o perigo dos altos juros continuarem a ser um agente de inflação e impedimento para o efetivo congelamento de preços. Cremos ser urgentemente necessárias medidas que compatibilizem o preço do dinheiro com as necessidades de desenvolvimento das atividades produtivas do País.

7. Dívida pública — Permanecem dúvidas quanto ao saneamento da Dívida Pública, já que o déficit orçamentário do governo é reconhecido como forte fator inflacionário. No momento em que todos os setores da sociedade são chamados a contribuir sacrificialmente para a superação da crise econômica, cremos que cabe aos governos federal, estaduais e municipais mostrarem ef-

tiava austeridade na aplicação dos recursos financeiros públicos, dando-se prioridade aos investimentos com claros objetivos sociais.

8. Dívida externa — Neste contexto, sentimo-nos motivados a alertar às autoridades para que, ao mesmo tempo em que se procura eliminar a especulação financeira e controlar a dívida pública à nível interno, se continue assegurando nossa independência e soberania nas negociações da dívida externa. Nossos credores internacionais não podem receber tratamento que impõe ao povo brasileiro sacrifícios que gerem mais fome e miséria. Nada justifica que aqueles que têm investido nesta terra, sejam tratados de modo a permitir abusos econômicos, ou mesmo interferências políticas e ideológicas que comprometam nossa soberania.

9. Redistribuição de renda — Deixamos bem claro ao povo chamado metodista e ao povo brasileiro em geral, que todo o esforço político, econômico e institucional em marcha neste momento histórico só tem sentido se tiver como objetivo claro e urgente a redistribuição da renda nacional, eliminando a injusta concentração da riqueza, determinando a elevação da qualidade de vida do povo, em termos de alimentação, saúde, habitação, transporte, educação e outros direitos básicos, especialmente para aqueles setores pobres que sistematicamente têm sido excluídos do desenvolvimento do País.

II

Reiteramos a toda a Igreja a nossa proclamação episcopal publicada no Expositor Cristão da primeira quinzena de novembro de 1.985 sobre a Assembléia Nacional Constituinte, a Reforma Agrária e os Direitos das Minorias Raciais, pois entendemos que tais temas mantêm sua atualidade e reconhecemos que do seu adequado encaminhamento depende em grande parte do êxito do novo plano econômico.

III

Estamos certos de que vivemos no Brasil uma nova e extraordinária experiência. O governo federal está conchamando o povo a participar ativamente no processo de transformações, ora em andamento. Algum sacrifício deverá ser feito por todos os segmentos da sociedade para que a nação alcance a estabilidade econômica tão necessária e desejada. Temos esperança!

Reconhecemos, no entanto, que

nosso povo tem sido afligido duramente em sua dignidade não somente por razões econômicas e políticas, mas também pela falta de consciência moral e social de grande parte de nossas lideranças políticas e econômicas. A sociedade brasileira tem sofrido a ganância e a avarice de grande parte da nossa elite que se corrompeu e corrompeu outros segmentos da nação. O interesse de indivíduos e de grupos foi colocado acima do interesse da nação. Cremos que somente quando o espírito público sobrepor-se ao individualismo nocivo teremos condições de ver o êxito do novo plano econômico.

Como líderes da Igreja Metodista, apoiamos o esforço do governo brasileiro para superar o caos no qual o País foi mergulhado. Reconhecemos que há ajustes a serem efetuados visando a melhor adequação do plano governamental; entretanto, detalhes não devem impedir a visão dos objetivos maiores do grande desafio que foi colocado perante nós; não permitimos que homens gananciosos destruam o nosso futuro. Apelamos para que todos continuem apoiando o governo em seu projeto econômico a fim de alcançarmos melhores dias para todos os brasileiros. Esperamos que cada metodista assuma uma nova postura para com os destinos de nossa pátria, cumprindo sua parte de maneira consciente nesta nova realidade na qual agora estamos vivendo. Que todos se tornem participantes deste processo acompanhando, vigiando, cobrando, fiscalizando e tomando as iniciativas que beneficiem a vida pessoal, familiar e comunitária de todo o nosso povo. É momento de nos unirmos, de esquecermos nossas diferenças ideológicas e partidárias, partindo para um esforço comum, unindo nossas forças a de todo o povo brasileiro, do qual a Igreja Metodista é parte integrante.

Reconhecemos, que a conjuntura atual se constitui num enorme desafio para nosso povo assumir valores morais e espirituais diferentes daqueles que nos últimos anos nortearam a vida do País, provocando mais miséria, mais sofrimento e mais corrupção. Cremos que seremos capazes de construir um futuro digno para nossos filhos e netos, somente se basearmos nossa vida pessoal e social nos valores do direito, da justiça, da retidão e honestidade nos negócios públicos e privados, da solidariedade com os mais pobres... Vivemos um momento em que se faz necessária uma autêntica e verdadeira conversão dos valores morais e espirituais de nosso povo brasileiro. Portanto, é tempo de evangeliização! Uma nova sociedade requer novos homens e mulheres!

Conclamamos todo o povo brasileiro a assumir o estilo de vida próprio aos valores do reino de Deus conforme proclamados e vividos por Jesus Cristo! Só Jesus é a vida do mundo e nele encontramos a força e a inspiração para a plena e efetiva realização da justiça e da paz social!

Conclamamos todo o povo chamado metodista, em nome do evangelho de Jesus Cristo, a participar da luta para a redenção da pátria brasileira!

"Senhor Jesus, Maranatha! Venha o Teu Reino! Seja feita a Tua vontade assim na terra como no céu. Amém!"

Chácara Flora (SP), 9 de março de 1986

Bispo Nelson Luiz Campos Leite — Presidente
Bispo Adriel de Souza Maia
Bispo Isac Alberto Rodrigues Aço
Bispo Messias Andriano
Bispo Paulo Ayres Mattos
Bispo Richard Santos Canfield

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve.....	Cz\$ 40,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Péões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixaí vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 55,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 85,00

Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.

Leonardo Boff: a palavra devolvida

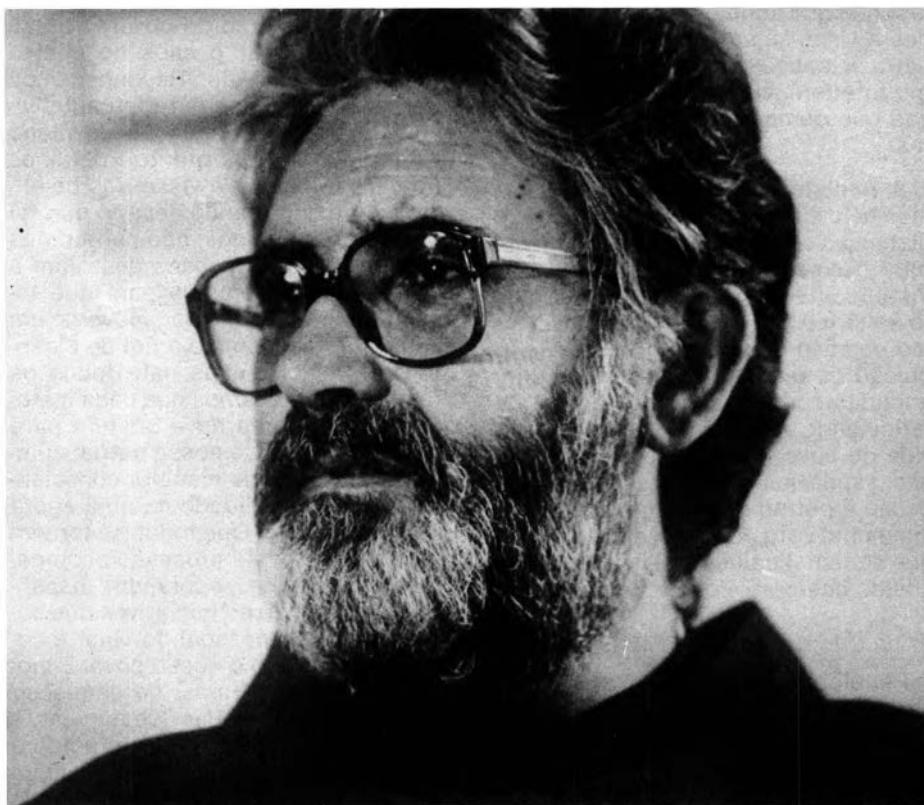
Dermi Azevedo

Depois de onze meses de silêncio, imposto pela Cúria Romana, o teólogo franciscano Leonardo Boff foi anistiado, durante a Semana Santa e já começa a voltar às suas atividades normais de conferencista, professor e assessor das pastorais populares. A notícia foi comunicada ao superior geral franciscano, frei John Vaughn, dia 27 de março passado, pelas congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Religiosos e Institutos Seculares. E Boff a recebeu, em Petrópolis, pelo telefone, no Domingo de Páscoa, ao voltar ao seu convento depois de celebrar a missa pascal na Favela do Lixo, uma das maiores da cidade imperial.

O fim dessa pena — determinada em função de teses eclesiológicas, julgadas não ortodoxas, no livro 'Igreja, Carisma e Poder' — é um dos resultados da recente reunião de cúpula, no Vaticano, entre o papa João Paulo 2º, os dirigentes da Cúria Romana, os cardeais brasileiros, a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e os responsáveis pelos secretariados regionais da entidade. A CNBB atuou como avalista teológica e pastoral de Boff, diante do Papa e da Cúria, afirmando a importância da contribuição do teólogo catarinense para o crescimento das Comunidades de Base e para o avanço da luta pelos direitos humanos no Brasil.

REPERCUSSÃO

A volta de Leonardo à plenitude de suas atividades foi recebida com alegria nos meios religiosos e civis brasileiros. Na Igreja Católica, a notícia foi interpretada como "presente pascal" pelo presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter e pelos cardeais Paulo Evaristo Arns e Aloísio Lorscheider, que foram os principais responsáveis pelas pacientes e demoradas gestões, junto ao



Boff: a anistia como "presente pascal".

Papa e à Cúria Romana, para que a injusta medida punitiva fosse revogada. Entre os conservadores, a preocupação maior foi a de enfatizar que a iniciativa da anistia foi inteiramente de Roma, por interesse do Vaticano e não em função de pressões brasileiras.

É importante destacar que, além do aval da CNBB para o trabalho pastoral de Boff no Brasil, o papa João Paulo 2º e o cardeal Joseph Ratzinger levaram em consideração um fato objetivo: a publicação do novo documento da Igreja Católica sobre "liberdade cristã e libertação", cujo enfoque considerado 'positivo' sobre o tema, poderia ser visto, na opinião pública, como uma

contradição, mantendo-se no silêncio um dos principais teólogos contemporâneos. Revogado o castigo, criou-se um clima favorável, na opinião pública internacional, para a acolhida do documento, complementar à 'Instrução sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação', de agosto de 1984.

PERSPECTIVAS

Pessoalmente, Boff aproveitará os meses restantes deste primeiro semestre para viajar ao exterior, inclusive a Roma. Voltará em julho para participar, como assessor, do 4º encontro intereclesiástico das CEBs em Trindade, GO. Lançará um novo livro sobre a Igre-

ja nas bases e entregará, aos editores da coleção "Libertação e Teologia", seu texto sobre o mistério da Santíssima Trindade, sobre o qual se concentrou nos últimos onze meses. Voltará, depois, ao ensino no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis (RJ), à assessoria às CEBs e ao Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos que ajudou a criar há quatro anos. A única restrição que terá diante de si — pelo menos até agora — será a mesma que têm todos os religiosos católicos: a de submeter seus escritos à censura prévia dos seus superiores, de acordo com o Código de Direito Canônico.

Não se pode, porém, desconhecer que os mesmos setores minoritários da Igreja Católica no Brasil que o processaram — assim como ao seu irmão Clodovis — fazem pressões sobre Ro-

ma (com relativo êxito) para incriminá-lo por apoiar a coleção "Libertação e Teologia", uma espécie de suma teológica da Teologia da Libertação latino-americana. A diferença é que, desta vez, não se trata de um projeto individual de Boff, mas de uma iniciativa conjunta, patrocinada por 115 bispos e reunindo teólogos de todo o continente, inclusive europeus e norte-americanos de língua espanhola.

Em termos globais, o novo episódio do chamado caso Boff deve ser entendido na nova realidade conjuntural a partir da reunião de cúpula de Roma. De um lado, a CNBB consolidou seu espaço como interlocutora direta do Vaticano no Brasil, sendo duramente golpeado o canal paralelo representado por D. Eugênio Sales e outros líderes conservadores. De outro lado, a CNBB aceitou várias ponderações romanas

sobre aspectos pastorais da atuação da Igreja no Brasil, como indica o comunicado final do encontro de Roma, sobretudo em suas adjetivações. Haverá, sem dúvida, mais atenção da hierarquia para aspectos teológicos e pastorais discutidos na reunião de cúpula. Mas está reafirmado o famoso 'princípio da subsidiariedade' — tema de uma das intervenções de d. Ivo Lorscheiter no recente Sínodo dos Bispos — pelo qual a CNBB atuará sempre, como primeira instância, diante de quaisquer problemas da Igreja no Brasil. Este princípio une-se ao da colegialidade. Os bispos católicos reconhecem o primado papal e tratam este tema com muito tato. Mas não desistem de sua caminhada a partir da realidade brasileira e latino-americana, apoiando o que chamam de 'operários do Evangelho'.

A propósito do próximo Sínodo dos Leigos

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

O adiamento do sínodo sobre os leigos para 1987 teve a vantagem de possibilitar sua melhor preparação. À medida que se aproxima a realização do sínodo iremos falando cada vez mais dos leigos e sua participação na vida da Igreja. Mas, a quem se refere quando se fala do "leigo"?

"Leigo" é uma categoria genérica, que abrange todos os membros não-ordenados e não-consagrados da Igreja. Os leigos, somos milhares e milhares, e dos mais diversos tipos. Desde aquele que apenas foi batizado, fez a primeira comunhão e espera ao morrer ter a missa de sétimo dia, até o leigo engajado, participante dos movimentos apostólicos, que leva a sério sua condição de membro adulto da Igreja conferida pela crisma. Ora, é geralmente este último o tipo de leigo a que nos referimos quando falamos do leigo em geral. "Leigo" ficou sendo, na linguagem corrente, o membro dos movimentos organizados de Igreja. Evidentemente, é preciso distinguir o leigo ativo na vida da Igreja dos muitos fiéis que guardam sua fé e sua prática religiosa sem, entretanto, participarem de

alguma organização ou movimento da Igreja. Porém, a participação nos movimentos leigos não é a única forma de participação do leigo na Igreja. Esse ponto está merecendo uma reflexão mais séria.

Há uma grande quantidade de leigos ativos na Igreja que não são geralmente considerados quando se fala de "leigos". São eles os animadores e animadoras das CEBs, as pessoas que participam dos seus diversos organismos, equipes e comissões (círculos bíblicos, grupos de liturgia, catequese, manutenção da comunidade, e das diversas equipes de pastorais), ou seja, gente que está ativa na base da Igreja sem, entretanto, fazer-se representar nos seus níveis de cúpula. Estima-se que só na Arquidiocese de Vitória-ES (onde está sendo feito um bom levantamento das CEBs) existem 50 mil pessoas desses leigos ativos nas bases. É certamente um número bem maior do que o de qualquer movimento leigo do Brasil. Podemos calcular que, ao todo, no Brasil não sejam menos de 1 milhão de pessoas ativas nas CEBs, suas equipes e comissões.

Ora, esse é um tipo de leigo bem diferente daquele que pertence aos

movimentos. Nas CEBs encontraremos principalmente os leigos de classes populares, enquanto que nos movimentos estão mais representados os de classe média. Esse laicato das bases, que participa da Igreja nas suas bases, não pode deixar de fazer-se representar no sínodo. Não só devido à sua importância numérica, quanto pelo fato de serem as CEBs a "nova forma de ser Igreja" e portanto seus animadores serem "a nova forma de ser leigo". O laicato das CEBs deve ser o interlocutor privilegiado dos bispos, tanto na preparação quanto na realização do sínodo, porque ele é o mais representativo da Igreja. Não se deve excluir, é claro, o laicato organizado em movimentos, mas é preciso que esse reconheça seu lugar secundário em relação ao novo laicato das CEBs. É preciso criar condições para que esse novo laicato se faça ouvir e se torne efetivamente interlocutor dos bispos, para que o sínodo capte a realidade do leigo hoje na Igreja.

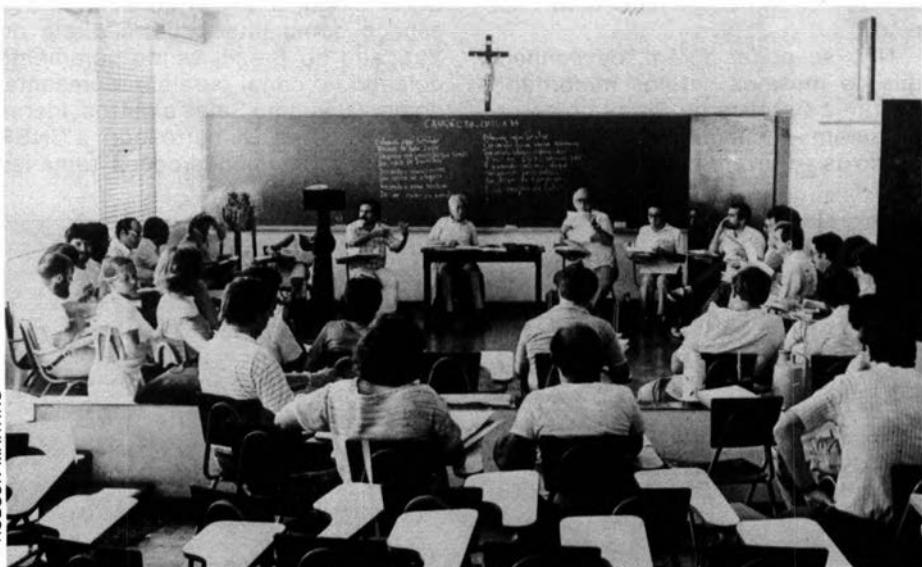
Pedro A. Ribeiro de Oliveira é secretário executivo do Instituto de Estudos da Religião — ISER.

AGEN já é uma realidade

Com a participação de lideranças representativas do movimento ecumênico brasileiro e de entidades engajadas nas lutas dos trabalhadores rurais e urbanos, foi fundada juridicamente, dia 14 de março passado, em assembléia na Casa Nossa Senhora das Dores, Capão Redondo, São Paulo, a AGEN — Agência Ecumênica de Notícias. A fundação política da entidade já ocorreu em 13 de novembro do ano passado, na primeira assembléia realizada na sede geral da Igreja Metodista, em São Paulo. Agora, os participantes elegeram a primeira diretoria, os Conselhos Fiscal e Editorial, discutiram o fluxo de colaboração entre os sócios e a Agência e aprovaram as bases editoriais da AGEN.

De acordo com estas bases, a Agência define-se como uma "sociedade civil sem fins lucrativos, organizada para prestar serviços informativos sobre o compromisso dos cristãos e das igrejas com a luta dos empobrecidos, promovendo a causa da unidade cristã, a solidariedade entre os povos, a justiça,

ROBSON MARTINS



Assembléia da AGEN foi um expressivo evento ecumônico...

a paz e os direitos humanos". Suas áreas prioritárias de cobertura serão as igrejas, os direitos humanos, os movimentos sociais, a realidade brasilei-

ra, latino-americana e do Terceiro Mundo, em geral.

PONTO DE PARTIDA

Do ponto de vista jornalístico, a Agência está começando suas atividades com um lugar social definido: "a realidade, lutas e sacrifícios, aspirações e realizações da maioria empobrecida da sociedade", veiculando "aquilo que habitualmente é encoberto pela grande imprensa, em função dos interesses a que está ligada". O documento "Bases Editoriais" explicita, depois, os enfoques adotados em cada área de cobertura. Quanto às igrejas, enfatizará "o compromisso com uma evangelização libertadora". Na área dos direitos humanos, passa a adotar a mesma Carta de Princípios aprovada pelo MNDDH (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos) no encontro de janeiro passado, em Olinda (PE). "Direitos humanos são, fundamentalmente, os direitos das maiorias exploradas e das minorias espoliadas cultural, social e economicamente, a partir da visão mesma destas catego-

ROBSON MARTINS



... com uma representatividade significativa.

rias", diz este documento.

Nos movimentos sociais, a AGEN prioriza "as mais diversas formas de união e articulação dos trabalhadores rurais e urbanos, povos indígenas, negros, mulheres, minorias exploradas, vendo esse esforço dentro de um processo de construção da nova sociedade". Na realidade brasileira, começa a acompanhar, criticamente, os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos. Em termos de América Latina, seu trabalho estará voltado para promover "a unidade e a integração entre os povos e nações do continente, apoiar a luta pela democratização política continental e os processos de transformação social já iniciados em vários países, promover uma melhor compreensão — no Brasil — de sua identidade latino-americana, denunciando sempre os mecanismos estruturais que mantêm a América Latina endividada e esmagada pela miséria, há séculos.

Dentro de suas possibilidades, a Agência apoia a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), através dos esforços que vêm sendo feitos pelas Nações Unidas e seus organismos especializados. Diante dos partidos, a AGEN adota uma atitude de "permanente atenção", valorizando a ação político-partidária, abrindo-se para apoiar "as iniciativas partidárias que sejam coincidentes e convergentes com seus princípios editoriais", embora definindo-se como "uma sociedade suprapartidária".

A DIRETORIA

A assembléia jurídica de fundação homologou, por aclamação, a proposta de nomes para as várias instâncias diretorias da Agência. A primeira diretoria é formada pelo bispo episcopal d. Súmio Takatsu, presidente, frei José Resende Ribeiro, dominicano, vice-presidente, pastor presbiteriano Jaime Wright, secretário e o leigo católico José Lourenço Pechtol, tesoureiro. Integram o Conselho Fiscal o pastor luterano Sílvio Schneider, da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), o advogado Daniel Resch, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Jether Pereira Ramalho — um dos editores de 'Tempo e Presença' —, o teólogo Marcos Rodrigues da Silva, do CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Pastoral), o reitor da Universidade Católica de Goiânia e representante do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Pedro Wilson Guimarães e o pastor pres-

biteriano Luiz Longuini Neto, do CEBEP (Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais), de Campinas (SP).

O Conselho Editorial é formado por Paulo Ayres Mattos, bispo metodista e presidente do CEDI, Walter Altmann, diretor da Escola Superior de Teologia da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), Jacy Marashin, secretário geral da ASTE (Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos), Zwinglio Mota Dias, secretário geral do CEDI, Ismael Martignago, fraude capuchinho, editor do jornal 'O São Paulo', Jorge Baptista, da revista 'Isto É', Antônio Cerveira de Moura, da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) e Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), Edelberto Behs, do 'Jornal Evangélico' da IECLB e Laan Mendes de Barros, da Imprensa Metodista.

A equipe executiva da Agência — diretamente ligada à diretoria — é integrada pelo pastor presbiteriano Edin Sued Abumanssur, editor do 'Aconteceu no Mundo Evangélico' e pelo jornalista Dermi Azevedo, editor responsável de 'Tempo e Presença' e repórter da 'Folha de São Paulo'.

OS PARTICIPANTES

Estiveram oficialmente representadas, na assembléia da AGEN, estas entidades: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Pastoral), CEPE (Centro de Evangelização e Pastoral Frei Tito de Alencar), IBASE (Instituto Brasileiro

de Análises Sociais e Econômicas), CPO (Comissão Nacional da Pastoral Operária), CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Sem Terra), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), MNDDH (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos), UCG (Universidade Católica de Goiás), CEHILA/Brasil (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina), CLAI/Brasil (Conselho Latino-Americano de Igrejas), jornais 'O São Paulo', 'Imprensa Evangélica', 'A Voz do Povo', 'Informativo IECLB', 'Jornal Evangélico'. Entre as personalidades que apóiam a Agência, a nível pessoal, estiveram na assembléia, o teólogo Juílio de Santa Ana e o pastor Jaime Wright. A destacar, também, a presença de duas camponeses da ATC (Associação dos Trabalhadores do Campo), da Nicarágua, que pediram a solidariedade dos brasileiros diante da agressão que seu país vem sofrendo, na sua luta pela autonomia e independência.

PRODUTOS DA AGEN

A partir de agora, a AGEN passa a produzir, semanalmente, seu boletim informativo. Organiza-se, também, para oferecer serviços especiais de informação e análise, reportagens fotográficas e boletins radiofônicos. Está organizando sua equipe internacional que fará a tradução do boletim para o espanhol e o inglês. Sua sede provisória é a mesma da revista; Av. Higienópolis, 983, CEP 01238 São Paulo, SP, telefone 011.667273.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 50,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

O encontro "Reforma Agrária em Caxias"

Rafael Soares de Oliveira

Reunindo cerca de seiscentas pessoas, realizou-se, no dia 22 de fevereiro passado, em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias, o encontro "Reforma Agrária em Caxias", promovido pela Pastoral Ecumênica da Terra (PET) e pelo Núcleo Agrícola Fluminense. O encontro contou ainda com o apoio das seguintes entidades: Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC), Centro Ecumônico de Documentação e Informação (CEDI), Movimento União de Bairros (MUB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). As duas últimas ligadas à "Campanha Nacional pela Reforma Agrária".

A maioria dos participantes do encontro era formada por trabalhadores rurais e urbanos do distrito que aproveitaram a oportunidade para discutir os seus problemas e exigir uma Reforma Agrária adequada à região. Segundo eles, é necessário discutir em ou-

tro encontros as reivindicações a serem encaminhadas às autoridades locais, estaduais e federais. Decidiu-se também pela criação de um Comitê Pró-Reforma Agrária no município.

Xerém é região de produção agrícola e, como tal, sofre com o descompromisso dos governantes quanto ao escoamento do que é produzido na periferia do Grande Rio. Faltam estradas adequadas, créditos, títulos de propriedade, etc. Enfim, convive-se, na região, com os problemas comuns a tantas outras áreas rurais do Brasil. Ainda assim (e talvez por isso), Xerém tem um passado intenso de lutas. Foi lá que surgiram os primeiros núcleos das Associações de Lavradores Fluminenses, na década de 50. Hoje, como consequência da repressão sofrida a partir de 1964, o povo vive na desconfiança quanto à participação em organizações populares. Essa posição se justifica dado o peso da repressão desfechada pelas forças militares contra a população. Tal fato, inclusive, se refle-

tiu no encontro, quando vários nomes foram citados como mártires da repressão. Em memória deles, cumpriu-se um minuto de silêncio.

O lado urbano de Xerém está estreitamente vinculado com uma fábrica da FIAT, ali instalada, e apresenta os mesmos problemas de infra-estrutura da "Baixada Fluminense", região maior onde se situa.

A Pastoral Ecumônica da Terra, organizadora do encontro e responsável pelos seus encaminhamentos, é um projeto das igrejas Metodista e Católica criado para responder aos desafios sociais da região. Conta, desde o início de suas atividades, com a assessoria e o acompanhamento do CEDI, através do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, e do Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC), ligado à 1ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista.

Rafael Soares de Oliveira é membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

1986, ano dos mártires da caminhada

Por ocasião do décimo aniversário do martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier, a Prelazia de São Félix do Araguaia lançou a idéia de se celebrar em 1986 o ANO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA.

Lembrar comprometidamente todos aqueles que deram sua vida ao longo dos anos da repressão, sob as ditaduras, no Brasil e também em toda a América Latina. Recolher a lição do seu sangue. Assumir a causa pela qual deram a vida. Um Povo ou uma Igreja que esquece seus mártires não merece sobreviver.

Queríamos acompanhar também o testemunho daqueles que ainda tombam diariamente, no campo e na cidade, vítimas da violência e da cobiça. Cresce a lista de nossos mártires! Não acabaram as ditaduras, nem a repressão. Não acabou o latifúndio, armado e impune. A libertação ainda está difícil.

Mártires indios, lavradores, operários, agentes de Pastoral (leigos, religiosas, padres, bispos) militantes da Verdade e da Justiça comprometidos com a Causa do Povo, testemunhas do Evangelho.

Com a Prelazia de São Félix do Araguaia, assumiram também a celebração do Ano dos Mártires da Caminhada o ClMI (Conselho Indigenista Missionário), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CPO (Comissão Pastoral Operária), o Secretariado Coordenador do VI Encontro Intereclesial das CEBs e a CNC (Comissão Nacional de Clero).

Nas dioceses ou comunidades ou organizações interessadas, que contam com seus próprios mártires, nas datas oportunas haverá celebrações especiais. Na Prelazia de São Félix do Araguaia foram escolhidas três datas para celebrações maiores:

— Dia 24 de março, aniversário do martírio de Dom Oscar Romero, de El Salvador, como símbolo de todos os mártires latinoamericanos.

— Dias 3, 4 e 5 de outubro, num tríduo de orações, homenagens e compromissos de todas as comunidades.

— Nos dias 11 e 12 de outubro, em Ribeirão Bonito, a grande romaria, com os companheiros de toda a Prelazia e de

fora também, para celebrar o 10º aniversário do martírio do Pe. João Bosco.

O Pe. Maximino Cerezo Barredo, pintor da Liberdade em toda a América Latina, pintará um mural na Igreja de Ribeirão Bonito. "Alvorada" dedicará um número especial aos Mártires. Está sendo editado também um livro sobre o Pe. Francisco Jentel. E vão se lançar um disco, cartazes, camisetas apropriados. E haverá outras iniciativas.

Na Igreja de Ribeirão Bonito ficará uma galeria de fotos de Mártires da Caminhada, representativos das várias regiões ou estamentos.

O importante, neste Ano dos Mártires da Caminhada; é se perguntar (e responder), cada um de nós e cada comunidade: 1) Por que tombaram nossos mártires? 2) Que lição nos dão com seu martírio? 3) Que compromissos devemos assumir para sermos fiéis ao seu sangue?

Pedro Casaldáliga
São Félix do Araguaia — MT
Janeiro de 1986

Discurso pela paz e pela vida

Pe. Miguel D'Escoto

Homilia da missa de encerramento da "Via Crucis pela Vida e pela Paz", no dia 28 de fevereiro passado, em Manágua, Nicarágua

"O Senhor nos convocou ao seu Santo Monte e regressamos cheios de fé, de esperança, de amor e também com a obrigação de transmitir tudo o que o Senhor, nosso Deus, — que tem sido oficialmente silenciado na Nicarágua pela censura imposta pela alta burocracia da Igreja — quis transmitir-nos através das humildes, claras e inequívocas palavras dos nossos camponeses e operários.

"Em primeiro lugar, o Senhor nos convidou para recorrermos todo aquele caminho, desde Jalapa à Manágua, comemorando a sua vida, paixão, morte e ressurreição, porque essa vida, essa paixão e essa morte é o mais precioso que temos para poder encontrar-lhe, senti-lo em nossa própria vida. Especialmente, nos momentos que hoje vive Nicarágua. O Senhor quer que estejamos certos que, se somos agredidos, se provocamos a ira criminosa e sanguinária do Império, é precisamente pela mesma razão que Ele provocou essa ira, e pela mesma razão que morreram os santos inocentes quando Cristo nasceu e, posteriormente, o mesmo Cristo foi levado à cruz. E por essa razão que a Nicarágua, como povo, assumiu a responsabilidade de criar uma nova sociedade, uma sociedade mais justa e mais fraterna. Isso não quer dizer que os nicaraguenses sejam os perfeitos mas sim, que assumimos com amor e com total entrega até o final a obrigação que, como cristãos, temos de fazer uma nova sociedade, de trabalhar pelo advento do Reino, e isto, necessária e inevitavelmente, provoca a ira, o ódio, as represálias dos que têm interesses em manter a velha ordem.

"O Senhor quer que reflitamos sobre isto para que não nos dobremos e sigamos, como até o momento, não permitindo ser subjugados ou amedrontados pelo grande poderio do Império agressor. Pois nós sabemos que eles têm tremendos arsenais atômicos e todo o tipo de coisa que nós, aqui na Nicarágua, sequer podemos imaginar.

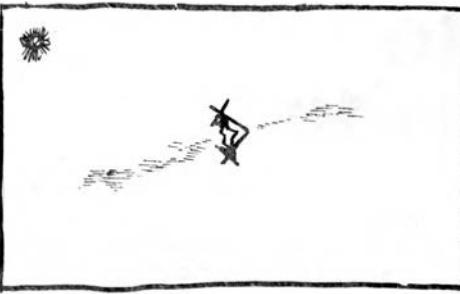
Eles são experts na indústria da morte e, ademais, suficientemente sangüinários para decidir-se acabar com o mundo inteiro se não nos dobrarmos diante deles. Porém, mais forte, mais poderosa, do que todo esse poderio do Império é a justiça de Deus. E o dia do Senhor já está próximo.

"O Senhor, além de querer que nós nicaraguenses compreendamos o sentido desta cruz que carregamos, nos pede algo muito especial. O Senhor quer enviar, à Igreja inteira, universal, à Igreja Católica do mundo inteiro, uma advertência. É que, apesar de Nossa

Senhor Jesus Cristo ter vindo ao mundo já há dois mil anos, a Igreja ainda não comprehendeu uma parte essencial de sua mensagem, isto é, não tem evangelizado porque omite algo essencial, prega um evangelho débil, censurado, incompleto, portanto não é o evangelho de Cristo. E me refiro ao fato de que Nosso Senhor nos pede, aos seus discípulos, não só que transformemos esse mundo em um mundo mais fraterno, mais justo e solidário — certamente que nos pede isso —, porém, nos pede também que mudemos o método de mudar a sociedade. Isso foi



A. FUENTES (CEPA)



claramente o que ele disse a Pedro, quando foi detido no monte das Oliveiras e Pedro sacando a sua espada cortou a orelha de Malco. "E o Senhor lhe disse: 'Tu estás te equivocando, não comprehendeste um dos elementos essenciais da minha mensagem. Se eu quisesse usar esse método poderia perfeitamente convocar legiões de anjos que viriam nos ajudar'". A Igreja, diante do problema da violência e da guerra, tem elaborado toda uma teologia da guerra justa, da violência. Na realidade, não podemos colocar-nos contra essa teologia como tal. O problema, queridos irmãos, é que a proclamamos como se fosse algo que emana e brota do Evangelho, não falando que a violência é anti-evangélica, e que tudo isto da guerra justa é somente uma concessão evangélica, uma concessão a um mundo em transição. Porém, o mundo não estará em transição se não iniciamos o processo de introdução desses novos métodos. Portanto, a Igreja — e esse é um chamado a todos os teólogos, desde Roma até os rincões do mundo — é chamada para que considere um pouco o tremendo preço que tem pago a Humanidade por ficarmos muito tranqüilos com o problema das guerras, que chamamos de guerras justas, e assim vemos como o mundo, pouco a pouco, se encaminha para uma situação na qual não sabemos se chegamos a concluir o século em que vivemos.

"O Senhor quer que deste país não uma pessoa, não cinco, dez, vinte ou cem sacerdotes, senão que o povo inteiro, este povo heroicamente cristão que defende o seu direito a ter uma vida e uma pátria mais justa, que defenda sua soberania e sua independência com os meios tradicionais, que este povo inteiro seja o promotor no mundo de uma forma evangélica de luta que eventualmente com o advento do Reino resultará que as guerras serão sepultadas para sempre. E todo esse talento gasto em descobrir como matar da forma mais eficaz, e todo esse capital que se gasta em instrumentos de morte poderá ser então utilizado para satisfazer as necessidades deste mun-

do que tem fome, que necessita educação e saúde. Esta é a primeira coisa que cremos que claramente se des prende. Não é nada novo. Já no jejum fizemos um chamado à insurreição evangélica que significa, precisamente, tomar o desafio do Senhor de introduzir novas armas na luta pela paz e a justiça. Sem deixar de lado as armas convencionais, ir preparando o caminho para serem substituídas pela maneira cristã de lutar para melhorar a nossa sociedade, o nosso mundo.

"O mundo tem visto horrorizado e martírio de povo da Nicarágua causado pelo governo norte-americano. Escutou todos os pretextos que são dados para justificar o crime, o assassinato sistemático, o sequestro sistemático, a tortura sistemática e a destruição sistemática de nosso país pelo governo terrorista dos Estados Unidos. E nós pudemos constatar que, apesar dos inumeráveis "livros brancos" dos Estados Unidos, não logram convencer a ninguém, e vemos o papel triste que fizeram quando fugiram da Corte Internacional de Justiça, pois não tinham argumentos a apresentar diante desse tribunal para justificar sua política. E nesta situação, este pobre mortal possuído pelo demônio da intervenção, pelo demônio da morte, inventa e proclama ante o mundo que o que faz na Nicarágua, o faz para salvar a fé cristã. O assassino, de repente, é convertido no defensor da fé.

"E, diante deste fato, é compreensível que todo o mundo volte a cara e os ouvidos e espere para ver o que vão fazer os representantes desta Igreja Católica Apostólica Romana na Nicarágua. E agora o escândalo é maior, porque não dizem nada, e não só não dizem nada como há entre eles, aqueles que assumiram obrigação de cumprir com os desejos de deus da morte, da agressão e da intervenção estrangeira na Nicarágua, de ir aos Estados Unidos e acalmar as consciências dos legisladores — muitos dos quais haviam dito que esta política de Reagan não só era ilegal mas também imoral. Contudo esse pobre humano, nascido na Nicarágua, e ordenado como sacer-

te, Miguel Obando, diz aos legisladores: "Não se preocupem, que eu sou o Cardeal e não posso condenar a agresão".

Haverá sido visto na história da Humanidade pecado mais abominável? Creio que não existe no vocabulário humano adjetivo que possamos usar para descrever o horror e a repugnância da atitude deste nosso irmão. Mas agora o povo de Deus, que tem se expressado durante todo este caminho, regado com o sangue santo de quem o derramou para defender a sua pátria, o povo de Deus diz a Reagan e aos congressistas norte-americanos: "Nós, não esse Cardeal, representamos os cristãos na Nicarágua. Nós condamnamos a guerra como uma guerra diabólica, e lhe dizemos, sr. Reagan, que os seus dias estão contados, e se não quer incorrer eternamente na ira do Senhor, arrepende-se já! Detenha a sua mão assassina, ao invés de destruir o nosso povo". Isto é o que diz o povo de Deus.

"Convidamos o Cardeal Obando para que estivesse aqui, e, com os seus aplausos, pudesse também dizer a mesma coisa, porém continua teimoso. Não quis vir porque não é parte do povo de Deus.

"Miguel Obando, irmão no sacerdócio que tens traído, irmão no povo que tens vendido, irmão também porque somos filhos de um mesmo Pai, escuta! Se estás com o televisor, ou o rádio, ligado não o desligues. O Senhor, através do seu povo humilde, os campões que sofrem a agressão da qual tu tens sido o principal cúmplice, o Senhor, o Deus da vida, o Deus do amor, da justiça, mas também da misericórdia, Miguel Obando, teve misericórdia de ti, e, por isso,招ou esse povo neste momento. Ainda "estás em vida". Ainda "estás em tempo de arrepender-te". O Senhor, e o nosso povo inteiro, quer o teu arrependimento. Quer que tu voltes a ocupar o lugar que te corresponde em nossa Igreja. Ninguém está querendo te substituir. Queremos que quando fales o faças em nome do Deus da vida, do amor e da paz, e não do embusteiro e farsante

deus da morte, da agressão e da dominação estrangeira. O Senhor, portanto, está te dando uma oportunidade. Entretanto, e escuta-o bem, em nome de Deus e pela autoridade que vem de Deus, te dizemos que te abstinha de imediato de voltar a celebrar o santo sacrifício da missa, porque o sacrifício celebrado por quem é cúmplice no assassinato do seu povo é um sacrifício sacrílego e ofende profundamente a fé de nosso povo.

"Há muitas outras coisas que temos para comunicar-te, mas buscaremos um momento mais propício nos próximos dias. De antemão, te advertimos, Miguel Obando y Bravo, que não te vás da Nicarágua à nenhuma reunião ou conferência que disto depende o futuro de tua alma imortal. Escuta o Deus que te fala desde aqui. Não há ninguém, nem no Vaticano, nem no Brasil aonde vais, ou aonde seja, que possa ser mais importante. E vamos te pedir — não suplicar, mas exigir — o diálogo. E desta vez o vais conceder em nome de Deus que te dá a oportunidade de arrepender-te. E que abandones a prepotência e a soberba que são características do deus que tens servido, mas que não têm nada a ver com o

Deus que o teu povo adora, que é o Deus do Nosso Senhor Jesus Cristo.

"Muitas vezes, irmãos, pedimos ao Senhor para que abrande o coração endurecido do nosso Cardeal, nosso arcebispo, para que tire o medo dos outros bispos que ficam calados e que permitem que a Igreja, inteira seja envolvida no crime, porque permitem que um dos seus irmãos bispos diga que ele não pode condenar a agressão porque, antes de tudo, na Nicarágua se vendem muitos livros marxistas. Então que importa que venham os americanos matar os nicaraguenses? Isso, irmãos, não é nenhuma invenção. É precisamente o que um pobre e miserável bispo disse há poucos dias. Pobrezinho deste irmão!

"Uma das coisas que o Senhor nos fez compreender nesta Via Crucis veio completar o que sempre comprendemos: não há Páscoa ou Ressurreição, sem Sexta-Feira Santa. Quer dizer, a cruz antes da entrada para a vitória. Porém, estamos vendo e constatando que outra regra é que não há Sexta-Feira Santa sem o contubérnio da Igreja e do Império. E essa aliança também vamos derrotar como estamos derrotando ao Império. Daqui para frente, pedi-



remos ao Senhor para que ilumine e torque o coração do irmão Miguel, porque nos próximos dias chegará a hora da verdade. Oficialmente falando em nome dos irmãos que vieram caminhando comigo de Jalapa a Manágua, caminhando e orando eu diria que para a maior parte de nós, gente de muita oração em toda a sua vida, este, possivelmente, foi o período de oração mais intenso e o mais profundo e, em nome de todos eles, declaramos esta Quaresma como a Quaresma da definição. E, de agora em diante, é importante que os que não querem se definir tenham presente que serão vomitados pela boca do Senhor como disse a leitura do Apocalipse da missa de hoje. Que Deus nos bendiga a todos."

Dias de caminhada e oração

Durante quinze dias — de 14 a 28 de fevereiro — cerca de quatrocentos cristãos nicaraguenses realizaram a "Via Crucis pela Vida e pela Paz", caminhando desde Jalapa, na fronteira com Honduras, até Manágua, capital do país, numa manifestação religiosa que, ao mesmo tempo em que repudiava a agressão que sofre a Nicarágua pelos contra-revolucionários apoiados pelo Governo Reagan, afirmava também a sua opção pela vida e pela paz. Ao longo dos 326 quilômetros que separam as duas cidades, foram relembradas, em quinze estações, a vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

"Foi um período de oração intenso e profundo", conforme afirmou, na homilia final, o pe. Miguel D'Escoto, no qual participaram padres, pastores, membros de comunidades de base, inválidos de guerra, mães das vítimas da agressão e cristãos de vários países (brasileiros, canadenses, franceses, norte-americanos, salvadorenhos etc.). Na medida em que se aproximava de Manágua, a Via Crucis recebia mais adesões. Ao ponto de, na missa de encerramento, celebrada por setenta padres e pastores, na praça da Catedral, contar com mais de 20 mil pessoas.

A caminhada aconteceu em meio a grandes riscos. Em vários momentos, a Via Crucis se deteve por notícias de que a "contra" estava atuando na área. É o que se chama de "espera obrigada", muito freqüentes na zona de guerra. Nessas ocasiões, os caminhantes aproveitavam para partilhar suas experiências e fortalecer os laços de solidariedade. No terceiro dia, domingo, 16 de fevereiro, os mercenários conseguiram fazer cinco vítimas. Quatro mães nicaraguenses e um agrônomo suíço, Mauricio Damierre, que regressavam ao seu povoado após participarem da Via Crucis e caíram em minas explosivas armadas pelos mercenários, sendo posteriormente metralhados. Maurice fazia três anos que trabalhava em Somotillo, no norte do país, apoiando e assessorando os camponeiros da região. Referindo-se ao jovem suíço, o periódico popular "El Tayacán" diz que "o seu testemunho cristão e revolucionário de humildade e entrega ao povo pobre de Nicarágua ficou selado com seu sangue... que fará fecundar mais vida e garantirá a consolidação deste processo que busca criar condições de vida e não de morte para todo este povo nicaraguense".

Um dos argumentos mais fortes usados para justificar a agressão é o de que

hoje na Nicarágua há perseguição religiosa. Para o pe. Lucínio Martínez, que foi pároco em Jalapa e atualmente trabalha em Rio San Juan, na fronteira com Costa Rica, há de fato perseguição religiosa na Nicarágua, "mas não pelo Governo que é cristão (os governantes não se dizem cristãos, mas na prática o são). Somos perseguidos pelo Império norte-americano unido à Igreja hierárquica por estarmos com o povo e seguirmos a Jesus Cristo. Eles não querem perder os privilégios, continuam unidos ao poder e aos poderosos". Pe. Lucínio, que trabalhou no Brasil como pároco na cidade de São Paulo e no ABC Paulista, compara a atual situação da Nicarágua com a brasileira sob o regime militar, e diz que enquanto no Brasil era o Governo que perseguiu a Igreja, "aqui é a Igreja hierárquica que persegue o Governo e os cristãos". Um exemplo disso são as presões do Cardeal Obando y Bravo, junto ao Vaticano, para que o pe. Uriel Molina, que apóia a Revolução Sandinista, seja retirado do país. Outro exemplo são os padres estrangeiros comprometidos com a Igreja dos pobres que têm suas licenças cassadas, não podendo, com isso, exercer o seu ministério.

(Flávio Irala)

Rubem Alves

Sobre a espiritualidade

Acho muito difícil falar sobre este tema, "espiritualidade" — não que ele seja difícil. É que sei que as pessoas já vêm com muitas idéias sobre o que seja isto... E, por isto, para início de conversa, seria bom que vocês invocassem imagens que representassem esta coisa, tal como ela existe dentro de vocês. Não, não estou pedindo que vocês falem sobre espiritualidade. Não estou pedindo que vocês me expliquem o que ela quer dizer. Quero que vocês tomem contacto com imagens...

Imagen: forma, contorno, cor, gosto, cheiro, tato...
Está difícil? Então tentem um outro joguinho. A que coisas ou pessoas vocês aplicariam este nome, de espiritual? Parem aqui. Não continuem a leitura, por favor. É preciso, antes de mais nada, mineirar nas próprias minas, investigar nossas profundezas, e ver o que está lá...

(... Tempo para o jogo...)

Agora, que vocês já disseram suas imagens eu vou dizer as minhas.

Primeiro, o vento. Em hebraico, espírito e vento são a mesma palavra. Vento me diz de algo indomável, incontrolável. Lá no Genesis 1,2, quando se descreve o caos primitivo, está dito que o vento de Deus (espírito!) pairava sobre as águas. Não pense sobre o vento. Este é um exercício que deve ser aprendido: deixar de pensar para permitir que as imagens apareçam. É assim que surge a inspiração poética. E em Gen. 2,7 se diz que passamos a ser seres humanos quando Deus nos soprou o vento da vida... E leia Ezequiel 37, Verso 1: Ele (Deus) me levou no seu vento... Verso 5: espírito = vento. E o verso 9... E o texto clássico de Jesus, conversa com Nicodemos: "o Vento sopra onde quer..." Por favor: é importante não pensar literalmente. Estas são metáforas poéticas. Trate de começar a voar nas costas do vento para compreender o que é que espiritualidade significa. Vento me faz lembrar liberdade, espaços vazios, ausência de forma. Voar: quando penso no espírito me sinto parecido com uma pipa (ou papagaio, ou pandorga...), flutuando. Ou com uma nuvem...

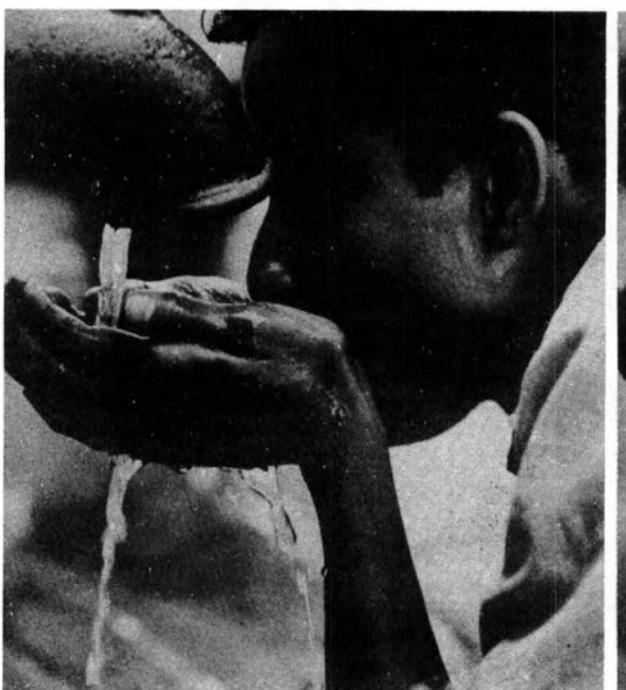
Aí seria bom você pensar nas coisas que nos fazem voar e nas coisas que nos tornam pesados como pedras.

Há pessoas que nos fazem voar. A gente se encontra com elas e leva um bruta susto. Primeiro, porque o vento começa a soprar dentro da gente, e lá de cantos escondidos de nossas montanhas e florestas internas, aves selvagens começam a bater asas, e a gente não sabia que tais entidades mágicas moravam dentro de nós, e elas nos surpreendem, e nós nos descobrimos mais selvagens, mais bonitos, mais leves, com uma vontade incrível de subir até as alturas, saltando, saltando de penhascos, pendurados numa asa delta (acho que o nome disto é fé...). Outras, ao contrário, nos fazem pesados e graves. Pés fincados no chão, sem leveza, incapazes de passos de dança. Quanto mais a gente convive com elas mais pesados ficamos, até que nos transformamos em pedras ou em sepúlcros, incapazes de mover. A morte é sempre estática, dura. Por oposição à vida, que flutua ao sabor do vento, como

sementes de paina. Aí vocês podem se perguntar se a igreja faz voar...

O vôo implica risco. Para se voar em asa delta é necessário um ato louco de risco. Quem quer ficar com os pés no chão, na segurança, nunca levantarão vôo. Claro, tem medo. E o medo está relacionado com a morte e com a gravidade. O medo nos faz afundar... Nietzsche disse, certa vez, que se encontrou com o seu demônio, e ele lhe pareceu grave e pesado. E acrescentou: Eu só poderia acreditar num Deus que pudesse dançar. Eu acrecento: É, num Deus Vento. Porque se há uma coisa que o Vento faz é dançar...

Aqui vocês têm de parar de novo, para ver (por favor, levem isto a sério, é ver mesmo). Evitem a conversa abstrata. Tenham coragem para ver as imagens que surgem de dentro de vocês. E vejam o que nos torna pesados. A primeira coisa a investigar é se vocês querem realmente voar. É altamente duvidoso. Muito poucas pessoas querem isto. Voar significa abandonar as certezas e não há coisa que nos aterrorize mais. Preferimos sempre uma vida chata e segura a uma vida excitante e arriscada. Liberdade é coisa muito doida e doida. Nos Irmãos Karamazov, do Dostoevski, há um diálogo entre o Grande Inquisidor e Cristo em que o Inquisidor diz a Cristo: "— Tu erraste prometendo a liberdade às pessoas. Porque ninguém deseja ser livre". Ah! Você acha que isto é papo furado. Vai aí o teste. A primeira indicação de nossa vocação para a liberdade é o desejo de que os outros também sejam livres. O que quer dizer, liberdade para andarem em seus próprios caminhos. Ficarem livres de mim... Mas, para isto, é preciso que eu



não pretenda ter a verdade. Todas as pessoas que acham que possuem a verdade não podem permitir a verdade do outro. É claro. Se eu tenho a verdade, o pensamento diferente de qualquer pessoa só pode ser um erro. E por que razão, neste mundo, deveria eu permitir que o erro continue? Todas as pessoas que pretendem possuir a verdade estão condenadas a serem inquisidoras. Elas têm horror ao vento. Tratam de engarráfá-lo. Não é isto que as pessoas religiosas, de professores de escola dominical até o Santo Ofício fazem? Isto, para nada dizermos das formas secularizadas de religião, sejam partidos políticos (o horror à dissidência!), movimentos terapêuticos e ideologias... Há os medos pessoais. Resumindo a nossa condição, podemos dizer que somos uma combinação de ansiedades e de defesas contra as mesmas. As defesas assumem as mais variadas formas: desde o falatório sem parar (tanto de sermões, de cultos e de relações pessoais), até as certezas dogmáticas ou o cerebralismo. O falatório impede que haja o silêncio e evita o aparecimento das imagens selvagens que moram nele. Ele (o falatório) nos defende de nossa própria verdade (que não conhecemos e não queremos conhecer). As certezas dogmáticas paralizam a vida e congelam tudo. Tudo fica solidificado e morto. Assim somos libertados da angústia de nos movimentar internamente. E o cerebralismo nos defende do contacto com nossas próprias emoções.

Há palavras que nos fazem voar. Tentei dizer algumas coisas sobre isto no primeiro capítulo do livrinho *Poesia-Profecia-Magia*.

Palavras que nos fazem voar: a Poesia. O discurso científico trata de dizer como é o mundo, sob o ponto de

vista de sua manipulabilidade. Aquilo a que normalmente damos o nome de realidade é apenas uma possibilidade, entre muitas outras. É bom não se esquecer nunca do Guimarães Rosa: "Tudo é real porque tudo é inventado". Não entendeu? Pois trate de prestar atenção nas imagens que esta afirmação lhe provoca... Já o discurso poético não quer dizer este mundo "real" (?). Ele diz o mundo sob o ponto de vista do desejo, aquilo que falta nele. Isto pode parecer meio estranho. Mas você teria que pensar seus próprios pensamentos. É isto que nos diferencia dos animais. Os animais vivem em meio às presenças. Mas nós somos moradores das ausências. Desejo: reconhecer que algo está faltando. Saudade. Eu sugeriria que espiritualidade tem algo a ver com isto: viver em meio à presença de uma ausência. É daí que surge tudo o que de belo fazemos: o amor, a poesia, os jardins, a música, as revoluções... Tudo. Fazemos estas coisas para completar este pedaço que está faltando. Ah! Pedaço de mim, que me arrancaram... Sou espiritual por causa disto: do meu corpo sai uma canção, um suspiro, um desejo, uma saudade por algo que não encontro, e penso que sinto, no Vento, o cheiro desta coisa...

Desejo: somos espirituais por causa do desejo.
O desejo aponta para aquilo que está ausente.

E nós, seres estranhos, somos capazes de viver por causa desta ausência.

Não, não é o desejo de uma casa, ou de uma namorada, ou de um automóvel... É aquela tristeza que permanece, mesmo quando todas estas coisas pequenas são satisfeitas. Nós somos, incuravelmente, pranteadores de algo que se perdeu... E que desejamos re-encontrar, no futuro.

Mas, para isto, é preciso saber o nome do Desejo. Acontece que somos banais. E quando tratamos de falar no nome do nosso Desejo — este grande desejo, nome sagrado! — falamos depressa demais, sem nos darmos conta de que não sabemos o seu nome... O desejo é como o nome de Deus: os hebreus não podiam pronunciá-lo, e por isto mesmo, se esqueceram dele. Se soubéssemos disto falaríamos menos em nossas orações, porque compreenderíamos que a falação é embrulhação. É preciso descobrir o nome do nosso grande Desejo — aquele, por cuja causa, abandonaríamos tudo, aquele que nos faria bem-aventurados.

Mas isto requer trabalho, muito silêncio, muita escuta, muita sinceridade, desaprender a conversa blá-blá-blá. Aprender a fala poética, em que cada palavra é absolutamente indispensável.

Dizer o nome do nosso grande desejo é orar. É só isto que é orar. O resto é blasfêmia.

Espiritualidade: a busca desse Desejo perdido, desejo de vida, que nos libertaria dos desejos de morte que nos petrificam...

É preciso voar...

Reforma agrária e liberdade de organização

Leonilde Servolo de Medeiros

A Constituinte a ser eleita no final de 1986 tem, em relação à questão agrária, uma peculiaridade. É a primeira vez que, no Brasil, se desenvolve um debate sobre um novo corpo legal, tendo atrás de si um contingente significativo de trabalhadores rurais mobilizados na luta por seus direitos e organizados, nacionalmente, através do movimento sindical. As sucessivas greves que vêm se verificando no campo, a extensão e a intensidade dos conflitos de terra, a violência que vem se abatendo sobre esses trabalhadores são indicadores de que urge a criação de novas normas jurídicas que contemplem os interesses dessa categoria secularmente excluída dos direitos mais elementares.

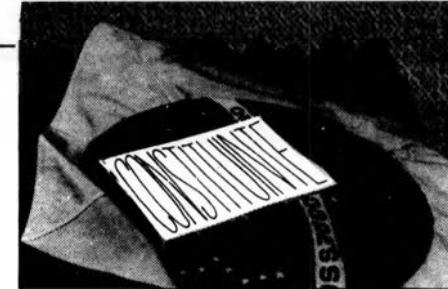
Do conjunto de inúmeras questões que na Constituinte dizem respeito aos trabalhadores rurais (direito à saúde, à educação, a um salário condigno, etc), queremos ressaltar dois pontos de caráter polêmico e que se revelam estratégicos para as suas lutas: a liberdade de organização e a reforma agrária.

No que se refere à organização, os trabalhadores do campo, assim como os urbanos, vêm reivindicando um sindicato livre da tutela do Estado. Em que pese a polêmica em torno da unidade sindical, não há dúvida de que há um consenso hoje sobre o significado da liberdade de associação como con-

dição para a expressão autônoma das diversas categorias sociais.

Quanto à reforma agrária, ela tem sido a principal reivindicação dos trabalhadores rurais desde que estes passaram a se apresentar na cena política como força organizada, já na década de 50. Apesar das constituições do regime autoritário (1967 e 1969) terem incorporado instrumentos legais existentes, permitindo algumas transformações na estrutura fundiária do país (como é o caso da desapropriação por interesse social, presente já na constituição de 1946, da possibilidade, através da emenda constitucional nº 10, de novembro de 1964, das desapropriações serem feitas com pagamentos em títulos da dívida pública), as demandas dos trabalhadores caminham hoje na direção de medidas que permitam uma reforma agrária que dê conta de suas necessidades e que ultrapassem o Estatuto da Terra. No IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em maio de 1985, foi aprovada uma série de reivindicações que podem ser consideradas como condição para que o uso da terra seja efetivamente subordinado ao bem-estar social. Dentre elas, ressaltamos a demanda por desapropriação de empresas rurais, pagamentos de benfeitorias em títulos da dívida pública, implantação do confisco, etc.

Avançando além da legislação existente, as propostas do IV Congresso podem se constituir num roteiro bási-



co que dirija a intervenção do movimento sindical, enquanto principal força organizativa dos trabalhadores nos debates. Por outro lado, as ocupações de terras, que vêm se intensificando em diversos pontos do país, apontam para a construção social, que hoje vem se delineando, de novos direitos.

No entanto, trata-se de um momento politicamente difícil. O debate gerado em torno da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, a capacidade de mobilização e pressão que o empresariado rural demonstrou, a ausência de compromisso efetivo dos partidos políticos que compuseram a Aliança Democrática com mudanças reais na estrutura agrária do país, indicam as dificuldades com as quais terão agora que se defrontar os trabalhadores rurais. Nessa correlação de forças, a perspectiva de ampliação dos instrumentos de reforma agrária depende, além da capacidade de pressão dos trabalhadores, que outros setores da sociedade atentem para o significado político do tema. Mais do que uma "questão dos trabalhadores rurais", a reforma agrária é um importante teste dos limites por onde pode correr a democracia no país.

Leonilde Servolo de Medeiros é professora do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e colaboradora do Programa Movimento Camponês e Igrejas do CEDI.

Os trabalhadores urbanos

José Ricardo Ramalho

A pesar das limitações já impostas pelo atual Congresso, à realização de uma constituinte independente que atendesse aos interesses da maioria do povo brasileiro, o espaço político que se abre com a realização de eleições visando um novo estatuto para ordem política e econômica do país, não deve ser desprezado pelos trabalhadores.

As constituições brasileiras, nos últimos 50 anos, sempre garantiram aos setores dominantes um controle rigoroso sobre a vida e a organização dos trabalhadores. Temos ainda hoje, passada incóluo por governos de maior ou menor liberdade política (JK e Jango), assim co-

mo regimes ditatoriais (dos últimos 20 anos, por exemplo), uma legislação que cerceia e inibe a atividade sindical e coloca na órbita do Estado toda a forma de organização de classe. E o que é mais grave: esta legislação é intransigente com relação ao legítimo direito dos trabalhadores de apelarem para a greve nos momentos que precisam enfrentar a fúria do lucro, própria dos empresários capitalistas.

Este momento político, portanto, pode servir para que, através da ação concreta dos trabalhadores, pela via da eleição de um grande número de seus representantes na Constituinte, pela ação organizada nas campanhas salariais deste ano,

na comemoração unificada do 1º de Maio, e nos movimentos de greve, se viabilize a inclusão, na nova carta, da garantia irrestrita ao direito de greve, da liberdade e autonomia sindical, da liberdade de expressão política e partidária, e de um salário mínimo decente.

Estes são pontos, dentre vários outros, que instituídos, pelo menos na letra da lei, dariam aos trabalhadores brasileiros a possibilidade de se considerarem minimamente respeitados numa sociedade tão desigual como a nossa.

José Ricardo Ramalho é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do conselho editorial do CEDI.

Trabalho, resistência, libertação (Neemias 4,1-21)

Carlos Cunha

A Bíblia Sagrada se faz Bíblia na medida em que a relemos à luz das novas situações que temos de enfrentar. As situações do dia a dia iluminam o texto sagrado que, por sua vez, ilumina essas mesmas situações. Nesse retorno da luz é que está a presença divina do Espírito. Uma leitura é extremamente subversiva. Deixa de ser um livro de religião e passa a ser um livro do povo que provoca o Deus da Bíblia a responder aos clamores desse povo. E, então, se faz um livro religioso.

Os textos que orientam este estudo são bem um canto ao trabalho porque enfocam as mil peripécias de um trabalho com profundo significado de libertação e as mil tentativas dos violentos para esvaziarem os significados mais profundos desse mesmo trabalho. Passo às considerações.

1. Nos primórdios da Bíblia, o trabalho com o suor do rosto (Gn 3,17-19) é castigo na medida em que o homem tem que refazer aquilo que destruiu. Daí porque a redenção libertadora de Deus tem que redimir também o próprio trabalho humano.

2. Outro aspecto do trabalho como castigo e canseira está no fato de que, em muitas sociedades, o trabalho humano é manipulado pelos exploradores. A maldade dos conquistadores, no tempo de Neemias, tinha destruído os muros de uma cidade-símbolo. Por trás de Jerusalém estava o fato de um povo ser livre e realizar sua própria experiência de crescimento e de liberdade. Agora, um restante de fiéis, por amor a seus filhos e mulheres buscava refazer esses muros, sua fortaleza (v. 8) ..

3. A partir deste texto, eu quero propor duas reflexões:

(a) Como, a partir do suor e da canseira, se podem apreender as oportunidades que o trabalho nos oferece, passando-se a amar esse mesmo trabalho que é arma e instrumento da libertação.

(b) Como perceber, no trabalho, os objetivos do opressor e explorador para burlá-los e encravar, nesse mesmo trabalho, uma dimensão libertadora inarradável .

4. Neemias estava muito bem como copeiro-degustador dos vinhos que o rei Artaxerxes tinha que beber, quando lhe veio uma notícia, trazida pelo irmão, que o informava da miséria de seus outros irmãos sobreviventes do cativeiro e que tinham ido para Judá (Ne 1,3).

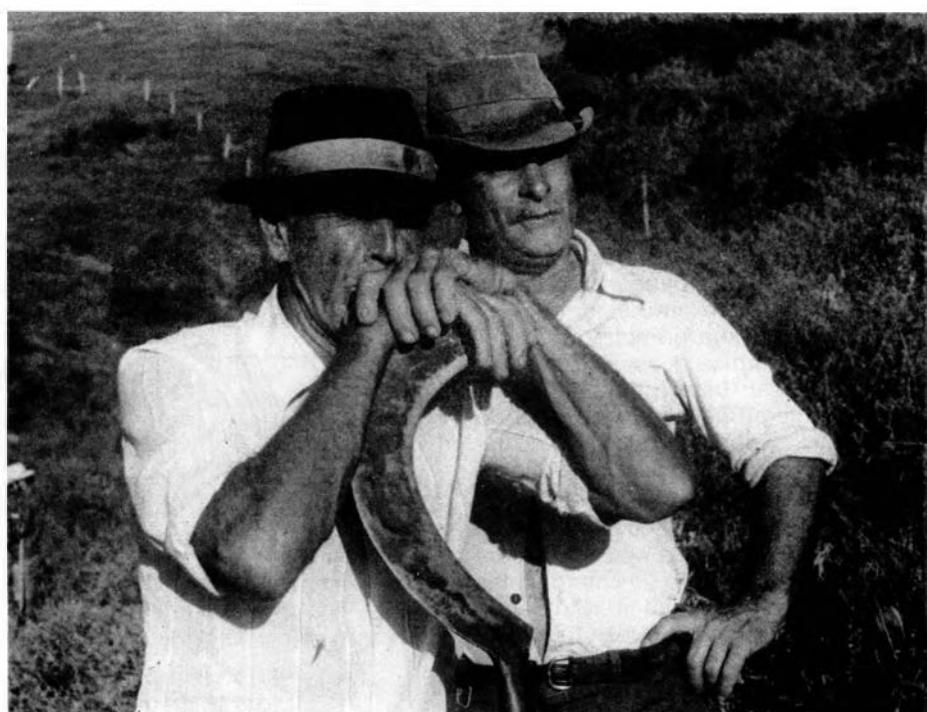
5. Neemias pertence ao grupo de judeus que, tendo sido levados para o cativeiro, lá conseguiram crescer e não quiseram voltar à sua terra. Neemias, embora bem posto, com um cargo de risco e responsabilidade, sentiu-se tocado pela notícia da desgraça de seu povo que tinha escolhido voltar à província de Judá. Mas, ouvindo a má notícia, sentiu-se tocado, fez jejum, ficou de luto vários dias, chorou muito e fez uma oração (Ne 1,5-11). É linda essa oração porque não pede a intervenção mágica para solucionar a crise de seus irmãos, mas ele se compromete e pede que Deus o deixe em condições de se engajar... Vai depois ao rei que nota seu abatimento e tristeza. Neemias pede-lhe então uma licença e vai ter com a sua turma.

6. A realidade de Neemias se consub-

tancia numa cidade destruída não a penas como cidade, mas como pessoas que perderam o sentido da vida. Há porém, uma bela oportunidade de refazer, ao mesmo tempo, a cidade e a organização do povo. Chega de escravidão! Chega de Babilônias! É então que os adversários percebem o perigo de um povo que deseja ser povo, e tentam frustrar a obra (v.5). Nada de Jerusaléns!

7. Aqui se dá o primeiro milagre. O trabalho assume o significado de libertação porque o trabalho que apenas visa sobrevivência, superação da miséria para galgar estágios de bem-estar e de poder é tão escravizante quanto o trabalho forçado dos campos de concentração.

8. O anátema ao trabalho decorre do fato de que — manipulado pelos donos — jamais responde à dupla necessidade: de um lado, a necessidade de superar a miséria; de outro, a de libertar o homem. E quando atende à primeira — a superação da miséria, da subsistência — pode, então, acabar por produzir um sub-oppressor. Por isso o operário se



CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

vende, se amesquinha. Jesus mais tarde vai declarar: "Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna" (Jo 6,27).

9. "O povo trabalhava de bom coração. Quando (os inimigos) souberam que as restaurações da muralha de Jerusalém iam adiante... ficaram muito irritados" (4,6-7). e decidiram atacar os operários.

10. Os construtores perceberam esse temor por parte do inimigo (o que era o seu ponto fraco). Os opressores detestam todos os operários organizados e odeiam a consciência de classe quando assumida. E era isso que estava acontecendo ali.

11. Os operários percebem, então, que em suas mãos calejadas de pedras está a sua força e que essas mãos podem edificar seu amanhã; e que também podem, se necessário, manejar armas. A história não diz que tivessem necessidade de usá-las (vv.16-18). Mas os profetas bem que falam da ambigüidade do arado que pode tornar-se arma, e da arma que se pode converter em arado (Is 2,4; Jl 4,10).

12. Uma consideração parentética: Fabricar tijolos, no Egito, em escravidão a despeito das panelas de cebolas e batatas (no deserto, aqueles homens ex-escravos vão sentir saudades dessas panelas). Porém, não fabricar tijolos, mesmo na perspectiva da fome, se fez ato libertador, muito mais construção. As piores chibatadas afinal não eram as dos verdugos e capatazes, mas as das cebolas e batatas gostosas. As panelas cheias do opressor acabavam por alimentar a opressão. Com a barriga cheia perdia a dimensão libertadora da vontade de Deus que de há muito tinha ouvido os seus gritos (Deus tinha sido vocacionado). Reside aí o paradoxo da comida que mata de fome, aparentemente matando a fome.

13. Aqueles homens do deserto eram os filhos de Jacó. No inconsciente coletivo deles estava um homem que tinha vendido a sua primogenitura por um prato de comida. A esperteza de Jacó traz em seu bojo a boçalidade de Esaú. E o legítimo direito que era de Esaú ficou no sangue dos filhos de Jacó, mas achincalhado pela covardia da não-resistência por parte de Esaú.

14. Os povos, assim como o povo de Deus, sempre vivem o risco de serem tentados por um prato de comida. Mas há sempre os que resistem. E o Salmo 137 é a epopéia dos que resistem: "Como poderei cantar uma canção em terra estranha!". Esse cântico ecoa nas palavras de um descendente da raça,

Jesus Cristo: "Nem só de pão viverá o homem".

15. O "não" às forças que oprimem é a única maneira de dizer "sim" à proposta libertadora de Deus. Os braços operários que se cruzam conscientes são os mesmos que se nutrem para a outra e mais bela construção. E agora volto ao texto.

16. O grande dilema desta história é que o grupo (Sambalá, representante) que tinha ficado na terra da escravidão e que tinha conseguido um certo bem-estar ali ridicularizava os que optaram pela liberdade (v. 3). Entretanto Neemias, o animador, que abandonou seu comodismo junto ao rei opressor se "converte" e vem animá-los. Mas o eco do desânimo dos outros consegue atingir os libertários (v. 10). Neemias consegue vencer.

17. Vivem nesse momento a experiência do trabalho que redime o próprio trabalho: organizam-se como povo e decidem frustrar os objetos adversários: Neemias profetiza: Não tenhais medo dessa gente, pensai no Senhor grande e terrível, combatei por vossos irmãos, filhos, filhas, mulher e casas (v.14).

18. Este texto é um canto ao trabalho, porque é a celebração de um trabalho-castigo que, uma vez redimido, se faz trabalho-bênção, trabalho-princípio ao qual o homem foi chamado quando expulso de um jardim...mas para construir outros jardins.

19. Nenhum poder é mais forte do que o de um operário consciente em construção. São assim os braços dos homens de Neemias, ora em pedras, ora em armas. As revoluções que têm redimido o trabalho e devolvido ao homem o fruto de seu suor são imbatíveis e irreversíveis. Nasel, o homem se redime apesar dos Esaús, dos Tobias. É assim que "agora" se pode reler o "castigo" dos primórdios: "Com o suor do teu rosto comerás o teu pão" (Gn 3,19).

20. Se continuarmos a ler o livro de Neemias vamos ver os vaievés, os lá-e-

cá da obra de reconstrução e de organização do povo. E o livro nem possui um ponto-final. Sugere antes reticências: Lembra-te de mim, Deus meu, para o meu bem" (13,31). Tem muito a ver com a perspectiva escatológica que se reforça em dois textos neotestamentários:

(a) "Estou edificando a minha Igreja" (Mt 16,18). Processo em ato que faz um jogo de palavras misturando os Pedros com as pedras, seja porque os músculos são pedras, seja porque são armas, seja porque construção é luta e luta é vida.

(b) "Eis que estou fazendo novas todas as coisas" (Ap 21,5).

21. Em Neemias como nestes dois textos há uma única síntese: a de uma vontade divina que se cristaliza em vontade humana, onde o **fazer** e o **edificar** pertencem ao campo semântico de ressurreição, salvação, assembléia, muralhas, igreja. Jerusalém condensa esses significados.

22. O povo não podia, nem pode perder de vista Jerusalém (Sl. 137) não como uma cidade que uma vez construída é definitiva, mas como a síntese da resposta aos anseios contidos no trabalho-celebração. Uma contraposição: Babilônia é a cidade-escravidão. Os seus construtores eram escravos, porque ela nada representava para eles nem era deles. Jerusalém é a cidade-libertação porque pertence aos construtores, é o seu presente e seu futuro.

23. A Bíblia é assim. Nossa dia-a-dia a ilumina e ela reativa nosso tempo, nossa luta. Caberia agora dar uma olhada para a visão magnífica do Apocalipse e, então, se entende a proposta de Jerusalém. Mas isto fica para outra oportunidade. Por ora, basta ler a descrição de Jerusalém que o visionário de Patmos nos propõe (Ap 21,9-26). É linda!

Carlos Cunha é pastor, moderador da igreja Presbiteriana Unida do Brasil e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 15,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 15,00
Povos Indígenas no Brasil 81.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 82.....	Cz\$ 25,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 45,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 85,00

**Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).**

Brasil Vivo

Maria Cecilia Iorio

O livro de Chico Alencar e Marcus Venicio Ribeiro, com desenhos de Cláudio Cecon, representa um ganho real para o ensino da nossa história, a nível de primeiro grau. Trabalhando dentro de uma nova perspectiva metodológica, os autores mostram ao aluno uma história viva, sem os grandes heróis oficiais, construída pelo índio, pelo negro, pelo povo. A cada tema introduzido, os autores procuram quebrar o distanciamento entre a história do presente e do passado. A linguagem escrita é acessível, sem cair nas tentativas pueris do "falar popular". A linguagem visual procura tornar mais informal o acesso do aluno ao texto: são desenhos expressivos que acrescentam informações. Chamaria a atenção apenas para o risco de, no intuito de usar a imagem para facilitar a compreensão da mensagem histórica, simplificar além da conta a imagem e com isso induzir à compreensão também simplificada do fato histórico.

Busca-se uma perspectiva crítica, resgatando a memória dos agentes populares, das "minorias raciais". A compreensão da história abandona a noção de povos "superiores e inferiores", substituída pelo respeito às diferenças culturais.

Abordando a questão do descobrimento partem da perspectiva de que o Brasil não

era sem dono, buscando resgatar a identidade da cultura indígena e o confronto com a cultura do colonizador. Introduz, em seguida, a análise das formas de organização da exploração colonial, destacando as atividades econômicas principais e as características da organização social remetendo estas questões ao domínio e aos interesses da metrópole portuguesa.

O terceiro capítulo é um dos mais densos e ricos, abordando a exploração do trabalho escravo, recuperando a memória da cultura negra, com excelentes fotografias e recuperações históricas. Leva o aluno a entender a importância da força de trabalho do negro na construção do império colonial português. Destaca ainda, oportunamente, os espaços ocupados pela cultura negra na formação da brasiliade.

As lutas populares, a construção de novas realidades e manifestações culturais ganham espaço no capítulo sete. No entanto, talvez por ser exatamente uma abordagem nova, destacam-se ao assunto apenas quatro páginas, para logo em seguida adentrar na política externa do Brasil, deixando o capítulo um pouco fragmentado.

Em resumo, o livro representa uma proposta metodológica nova que merece ser incentivada como ponto de partida para as mudanças que se pretende imprimir ao ensino de história no Brasil.

BRASIL VIVO — Uma nova história da nossa gente — Vol. I — Chico Alencar, Marcus Venicio Ribeiro e Claudio Cecon — Editora Vozes, Petrópolis, 1986, 168 pp. 21 x 28 cm.



Maria Cecilia Iorio é professora de História, membro do Programa Movimento Camponês e Igrejas, do CEDI.

Os Escolhidos de Deus

Jorge Luiz Domingues

O pentecostalismo tem sido, nos últimos anos, alvo de um grande número de estudos que pretendem explicá-lo ou, pelo menos, compreendê-lo. Na literatura sobre o assunto, uma relação com "os processos de industrialização, migração e urbanização que configuram um modelo de mudança social na América Latina" está, na maioria das vezes, presente.

Regina Novaes, neste trabalho apresentado como dissertação de mestrado, em 1979, está "apenas apresentando um caminho metodológico para a análise da conversão ao pentecostalismo". Desta forma, ela determina como objetivo "analisar o significado e as consequências da adesão à doutrina pentecostal para agentes sociais, envolvidos em um sistema de relações de produção em um determinado momento histórico". O primeiro passo é a não generalização da experiência estudada para o pentecostalismo como um todo. "A proposta foi partir de um determinado grupo social para compreender as repercussões da presença de uma congregação pentecostal na prática social específica de seus membros". E o segundo é não pretender "substituir a

equação pentecostalismo = alienação pelo seu oposto, pentecostalismo = participação política".

Regina faz uma descrição das condições de vida, relacionando terra e trabalho, em Santa Maria, município do agreste pernambucano. Em seguida, atentando para o fato de que a proliferação de associações pentecostais não se dá em "espaços vazios de relações sociais", ela caracteriza a identidade religiosa do crente em relação com as demais alternativas religiosas presentes em Santa Maria, para, a seguir, descrever a prática religiosa da congregação local da Assembléia de Deus. Com isso, a autora mostra como se organiza e reproduz um grupo pentecostal. Por fim, avaliando a prática social no que diz respeito à relação familiar, à obrigação do dízimo, às relações preexistentes e à participação política, ela conclui que a retórica dos crentes de separação das "coisas do mundo" não chega a se concretizar em sua totalidade pela necessidade de sobrevivência, que as relações com os não-crentes ajudam a garantir.

O livro, portanto, é uma alternativa na literatura sobre pentecostalismo. As conclusões a que chega certamente poderão acrescentar novos argumentos ao debate sobre o assunto.

OS ESCOLHIDOS DE DEUS — Pentecostais, Trabalhadores & Cidadania Regina Reyes Novaes—ISER e Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1985, 160 pp. 14x21 cm.



Jorge Luiz Domingues é pastor metodista, membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, do CEDI.

PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO QUE LÊ

Quem construiu as portas de Tebas?
Nos livros constam nomes de reis.
Foram eles que carregaram as rochas?
E Babilônia destruída mais de uma vez?
Quem a construiu de novo?
Quais as casas de Lima dourada
que obrigavam os pedreiros?
Na noite em que se terminou a muralha da
China
para onde foram os operários da construção?
A eterna Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os construiu?
Sobre quem triunfavam os césares?
Bizâncio, tão cantada, só consistia de palácios?
Mesmo na legendária Atlântida
os moribundos chamavam pelos seus escravos
na noite em que o mar os engolia.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Conquistou sozinho?
César bateu os gálicos.
Não tinha ao menos um cozinheiro consigo?
Felipe da Espanha chorou a perda de sua
Esquadra.
Só ele chorou?
Frederico II ganhou a guerra dos Sete Anos.
Quem mais ganhou a guerra?

Cada página uma vitória.
Quem prepara os banquetes?
Dê dez em dez anos um grande homem.
Quem paga as suas despesas?

Tantas histórias.
Tantas perguntas.

Bertold Brecht